

14 DE ABRIL DE 2016

## Sistema Falido

*Como o deficiente sistema tributário americano perde bilhões com a evasão fiscal das empresas*

### Histórico

*A evasão fiscal praticada pelas empresas multinacionais custa aos EUA cerca de US\$ 111 bilhões por ano e, segundo estimativas, suga US\$ 100 bilhões por ano dos países pobres, inviabilizando investimentos cruciais em educação, saúde, infraestrutura e outras formas de redução da pobreza.*

*Os formuladores de política americanos e um sistema tributário internacional falido possibilitam a evasão fiscal das multinacionais, o que contribui para a perigosa desigualdade que está corroendo nosso tecido social e impedindo o crescimento econômico.*

### Introdução:

O abismo entre ricos e pobres está atingindo novos extremos. A parcela mais rica, que corresponde a 1% da população mundial, acumulou mais riqueza do que todo o restante do mundo junto. Enquanto isso, a metade inferior da humanidade perdeu um trilhão de dólares nos últimos cinco anos. Hoje, 62 indivíduos têm a mesma renda que 3,6 bilhões de pessoas – metade da humanidade. Há pouco tempo, mais precisamente em 2010, esse número era de 388 indivíduos. Essas estatísticas impressionantes são apenas as evidências mais recentes de que estamos vivendo em um mundo com níveis de desigualdade crescentes e perigosos<sup>1</sup>.

A desigualdade é alimentada por um sistema político e econômico que beneficia os ricos e poderosos à custa dos outros, fazendo com que os ganhos decorrentes do crescimento econômico nas últimas décadas sejam desproporcionalmente transferidos para os já abastados. Um dos exemplos mais irrefutáveis desse sistema manipulado é o modo como as empresas grandes e lucrativas utilizam paraísos fiscais e outros métodos agressivos e sigilosos para reduzir drasticamente suas alíquotas de impostos nos Estados Unidos e nos países em desenvolvimento. Essa prática é conhecida como “elisão fiscal” ou “evasão fiscal”<sup>2</sup>. Ironicamente, essas mesmas empresas, que mantêm um exército de lobistas de bilhões de dólares para influenciar a política federal, estão entre as maiores beneficiárias da ajuda financiada pelo contribuinte<sup>3</sup>.

A evasão fiscal praticada pelas multinacionais custa aos EUA cerca de US\$ 111 bilhões por ano<sup>4</sup>. Mas esses esquemas não prejudicam apenas os EUA. Segundo estimativas, as mesmas táticas utilizadas pelas empresas para sonegar impostos nos EUA sugam US\$ 100 bilhões por ano dos países pobres, inviabilizando investimentos cruciais em educação, saúde, infraestrutura e outras formas de redução da pobreza<sup>5</sup>. Os prejuízos causados pela evasão fiscal corporativa ao povo americano e às pessoas que vivem nos países pobres são dois lados da mesma moeda.

Uma nova análise realizada pela Oxfam América sobre as 50 maiores empresas públicas

americanas<sup>6</sup> dá uma ideia de quão manipulado o sistema tributário se tornou e mostra que essas mesmas empresas estão usando de considerável influência política para pressionar por recompensas ainda maiores na forma de empréstimos, resgates financeiros e outros tipos de ajuda do governo. A análise destaca a enorme ajuda, financiada pelo contribuinte, que as maiores e mais lucrativas empresas americanas recebem mesmo quando se envolvem em esquemas agressivos para evitar o pagamento de impostos. Mediante o uso de dados financeiros divulgados pelas próprias empresas, grupos de *lobby* e investidores, a Oxfam América descobriu que:

- De 2008 a 2014, para cada US\$ 1 pago em impostos federais, as 50 maiores empresas dos EUA receberam, em conjunto, US\$ 27 em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros.
- De 2008 a 2014, essas 50 empresas gastaram aproximadamente US\$ 2,6 bilhões em *lobby*, enquanto recebiam quase US\$ 11,2 trilhões em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros.
- Mesmo tendo obtido quase US\$ 4 trilhões em lucros em âmbito mundial nesse período, essas 50 empresas utilizaram paraísos fiscais para reduzir sua alíquota de imposto efetiva para apenas 26,5%<sup>8</sup>, bem abaixo da alíquota legal de 35% e até mesmo abaixo dos níveis médios pagos em outros países desenvolvidos. Apenas cinco das 50 empresas pagaram a alíquota total de 35%.
- Essas empresas contaram com uma rede obscura e sigilosa, formada por mais de 1.600 subsidiárias localizadas em paraísos fiscais, para esconder cerca de US\$ 1,4 trilhão no exterior. Além das 1.600 subsidiárias conhecidas, milhares de outras podem não ter sido declaradas à Comissão de Valores Mobiliários (SEC) por causa das fracas exigências de informação.
- Seu *lobby* parece ter proporcionado um inacreditável retorno sobre o investimento. Para cada US\$ 1 gasto com *lobby*, essas 50 empresas juntas receberam US\$ 130 em isenções fiscais e mais de US\$ 4 mil em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros.

A responsabilidade pela definição da política fiscal dos EUA recai sobre o Congresso e o presidente, e a reforma real do sistema tributário falido depende de mudanças nas políticas públicas. Mas as multinacionais, que se aproveitam desse sistema falido e, em alguns casos, praticam *lobby* agressivo para moldá-lo em seu favor, não são meros espectadores. Elas também podem e devem reformar suas práticas.

A evasão fiscal praticada pelas empresas e permitida pelos formuladores de políticas federais contribui para a perigosa desigualdade que está corroendo nosso tecido social e impedindo o crescimento econômico. É por isso que a Oxfam América está exortando o Congresso e o presidente a aprovar o “*Stop Tax Haven Abuse Act*” (S. 174/H.R.297) uma lei para deter o uso abusivo de paraísos fiscais como um primeiro passo para a necessária reforma, com o objetivo de reprimir o uso abusivo de paraísos fiscais e trazer maior transparência e responsabilidade às práticas fiscais das empresas. No centro dessa reforma está um conjunto obrigatório de novas regras para garantir que as empresas informem ao público detalhadamente onde pagam impostos e onde realmente fazem negócios, de modo que possam ser responsabilizadas em todos os lugares em que sonegarem impostos. Mesmo sem reformas legislativas, elas têm a responsabilidade de informar publicamente suas práticas fiscais, acabar com a evasão e usar sua influência política para buscar maior igualdade no campo fiscal, em vez de manipular as regras em seu próprio benefício.

## Panorama geral da evasão fiscal

Em todos os países do mundo, as receitas dos impostos custeiam escolas, hospitais, estradas, pontes, equipes de emergência, redes de segurança social e outros serviços públicos que mantêm as sociedades em atividade e reduzem a pobreza.

Sistemas tributários justos são fundamentais para financiar o bom funcionamento e a eficiência dos Estados, bem como para capacitar os governos a cumprir sua obrigação de

preservar os direitos dos cidadãos aos serviços básicos, tais como educação, saúde e proteção social para famílias de baixa renda. Um sistema tributário bem projetado deve garantir que aqueles que podem pagar mais façam a maior contribuição.

Nos países em desenvolvimento em particular, onde há uma necessidade enorme de fortalecer os serviços de saúde e educação para centenas de milhões de pessoas que ainda vivem em extrema pobreza, as receitas provenientes dos impostos são o meio mais sustentável de pagar professores, médicos e policiais. Cada dólar que um país em desenvolvimento consegue arrecadar em impostos é um dólar que ele não precisa pedir a doadores de ajuda internacional. Os países pobres só poderão se sustentar sem a ajuda estrangeira se criarem uma base fiscal forte, que possa financiar os serviços públicos essenciais e o funcionamento dos governos.

Contudo, os códigos fiscais nacionais, assim como a estrutura fiscal internacional, podem estar trabalhando no sentido oposto, fazendo com que o maior ônus recaia sobre as pessoas mais pobres. A atual arquitetura fiscal mundial é sigilosa e descoordenada, enfraquecendo a capacidade dos governos de arrecadar os impostos devidos. Essas regras facilitam a evasão fiscal transfronteiriça e a ocultação de riqueza. Em particular, os paraísos fiscais e os centros financeiros *offshore* — que se caracterizam por sigilo, alíquotas baixas ou iguais a zero e falta de divulgação quase total de qualquer informação comercial relevante — são as ferramentas mais óbvias que as multinacionais utilizam para escapar dos impostos.

Explorar as brechas da lei e envolver-se em atividades de elisão fiscal em grande escala são componentes integrais das estratégias que muitas multinacionais utilizam para obter lucro. Praticar elisão ou evasão fiscal significa enredar-se em transações que não têm outra finalidade comercial senão a de diminuir os impostos da empresa.

A evasão fiscal pode assumir muitas formas. As empresas americanas devem pagar 35% de imposto sobre todos os lucros obtidos em qualquer lugar do mundo, mas somente depois que o dinheiro foi "repatriado" para os EUA. Para escapar de serem tributadas nos Estados Unidos, elas alegam ter mais de US\$ 2 trilhões de lucros "permanentemente reinvestidos" no exterior, mas na realidade podem usar esse dinheiro dentro do país sem pagar imposto ao contrair empréstimos domésticos usando esses ativos *offshore* como garantia.

As grandes empresas e seus defensores em Washington DC são ágeis em denunciar a "bitributação" para justificar suas tentativas de evitar a repatriação dos lucros obtidos no exterior, bem como quaisquer medidas para fechar as brechas fiscais. Mas essa desculpa só serve para desviar a atenção do problema. As empresas recebem um crédito de um dólar para cada dólar de imposto que pagam para outros países. Quando pagam impostos para um país estrangeiro, as empresas americanas diminuem sua conta de impostos nos EUA pela mesma quantia, de modo que os lucros não sejam tributados duas vezes.

Para evitar pagar a alíquota legal de 35% nos EUA, as empresas transferem artificialmente a propriedade dos ativos (como patentes ou outra propriedade intelectual) para subsidiárias que existem só no papel em paraísos fiscais. Por exemplo, uma empresa americana pode transferir seus direitos de propriedade intelectual para uma subsidiária nas Ilhas Cayman, mesmo que a tecnologia básica tenha sido desenvolvida nos Estados Unidos. A subsidiária americana da empresa então pagaria *royalties* para a subsidiária das Ilhas Cayman para utilizar essa propriedade intelectual. O pagamento diminuiria o lucro da subsidiária americana, que está sujeita à alíquota dos EUA, e aumentaria o lucro da subsidiária das Ilhas Cayman, sujeita a uma alíquota menor.

Em atitude ainda mais insidiosa, as empresas envolvem-se em "subcapitalização" como outra maneira de evitar o pagamento de sua cota justa de impostos. Uma subsidiária localizada em um país que cobra impostos elevados pode contrair empréstimos de uma subsidiária sediada em um país que cobra impostos baixos, permitindo que a controladora

pague taxas de juros artificialmente altas para si mesma. Para a empresa global como um todo, é uma lavagem de dinheiro — os lucros de um lado correspondem às perdas do outro —, e não ocorre nenhuma atividade comercial real, mas a conta geral de impostos da empresa fica mais baixa.

Talvez a pior forma de elisão fiscal seja a inversão — quando uma empresa americana renuncia à sua cidadania adquirindo uma subsidiária estrangeira em uma jurisdição de baixa tributação e depois a reincorpora. Em alguns casos, o negócio real não muda nada — a nova empresa invertida permanece sediada nos EUA e ainda faz negócios nos EUA, aproveitando todas as vantagens do mercado americano, mas não paga mais sua cota justa de impostos nos EUA.

Os governos, inclusive o americano, até agora não conseguiram reprimir a prática mundial de elisão fiscal e a rede associada de paraísos fiscais que a torna possível. Em vez de se unir para conter a concorrência desleal entre os países, eles estão lutando para vencer uma corrida destrutiva que deixa todo mundo em situação pior.

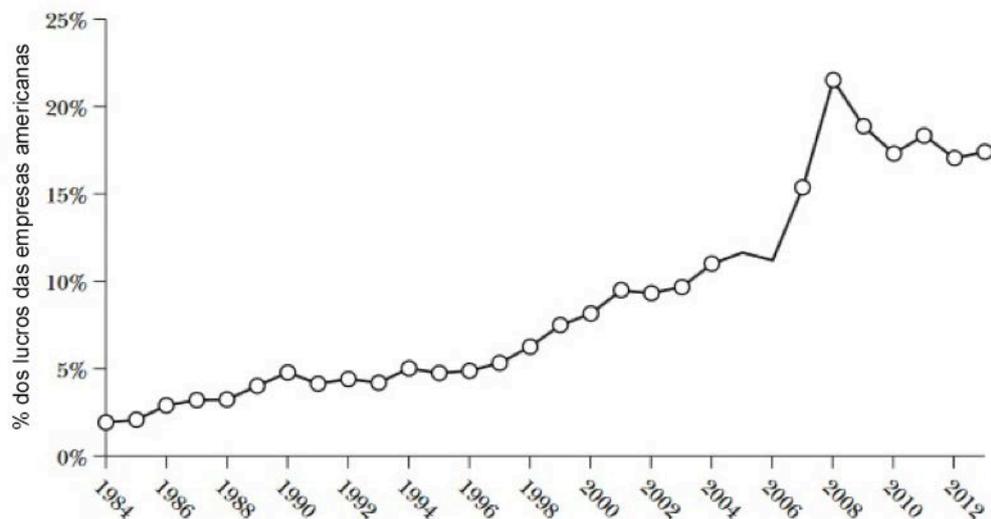
Os lucros desaparecem dos países onde a atividade econômica real está ocorrendo para existir somente nos paraísos fiscais. Em 2012, por exemplo, as empresas americanas declararam US\$ 80 bilhões de lucro nas Bermudas — mais do que o que obtiveram no Japão, China, Alemanha e França juntos. Essa quantia imensa — 3,3% de todo o lucro obtido por elas no mundo inteiro — obviamente não reflete a atividade econômica real que ocorre nas Bermudas, onde o total das vendas responde por apenas 0,3% desse valor e a fração correspondente ao total de funcionários ou aos custos salariais totais é de somente 0,01%-0,02%<sup>9</sup>.

Em 2012, o Serviço da Receita Federal (IRS) informou que 59% dos rendimentos no exterior declarados pelas companhias multinacionais americanas constavam dos livros de apenas 10 paraísos fiscais conhecidos. Naquele ano, as multinacionais americanas declararam um lucro de US\$ 104 bilhões só nas Bermudas, o equivalente a 1.884% do PIB do país<sup>10</sup>.

O problema não são apenas as Bermudas. As multinacionais americanas, como um todo, informaram que 43% de seus rendimentos no exterior eram provenientes de cinco paraísos fiscais, embora esses países respondessem por apenas 4% da força de trabalho estrangeira dessas empresas e apenas 7% de seu investimento externo.<sup>11</sup>

De fato, em 2012, as multinacionais americanas transferiram de US\$ 500 bilhões a US\$ 700 bilhões em lucros dos países onde as atividades econômicas reais ocorreram para países onde as alíquotas efetivas eram mais baixas<sup>12</sup>. Esse desalinhamento com a atividade econômica equivale grosseiramente a 25% do total de seus lucros brutos. Em outras palavras, US\$ 1 de cada US\$ 4 de lucro declarado pelas grandes empresas americanas não foi contabilizando onde a atividade econômica realmente ocorreu<sup>13</sup>.

As empresas americanas parecem ter aumentado de forma drástica o uso de paraísos fiscais nos últimos 30 anos. O economista Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia em Berkeley, estima que o lucro total que as empresas americanas informam ter obtido em paraísos fiscais aumentou dez vezes desde meados da década de 1980<sup>14</sup>.



**Figura 1: Participação dos paraísos fiscais nos lucros das empresas americanas<sup>15</sup>**

À medida que as declarações de imposto de renda das multinacionais ficam aquém de seu potencial, os governos apelam para duas opções: ou cortam investimentos essenciais necessários para reduzir a desigualdade e as privações ou compensam o déficit cobrando impostos mais elevados das famílias trabalhadoras e de pequenas empresas na economia nacional. Ambas as opções prejudicam as pessoas mais pobres e aumentam a desigualdade.

Em 2014, pressionado para reduzir os gastos com o combate à pobreza, o Congresso cortou US\$ 8,7 bilhões de um de seus principais programas da rede de segurança, o Programa de Assistência Nutricional Suplementar (Snap), mais conhecido como vale-refeição, fazendo com que 850 mil famílias perdessem uma média de US\$ 90 por mês<sup>16</sup>. De fato, desde 2010, os formuladores de políticas federais cortaram 85% dos programas federais americanos de apoio às famílias de baixa renda<sup>17</sup>.

Os sempre subfinanciados esforços de combate à pobreza sofreram cortes ainda mais profundos, deixando essas famílias com menos recursos hoje do que há seis anos. Quanto à assistência habitacional para pessoas de baixa renda, cujo orçamento já foi cortado, isso significa que apenas uma em cada quatro famílias pobres recebe ajuda para pagamento de aluguel. Por causa dos cortes no orçamento, as agências locais de habitação tiveram de reduzir mais o número de vales-moradia disponíveis, deixando 100 mil famílias desassistidas<sup>18</sup>.

De acordo com a Coalizão Habitacional Nacional para Famílias de Baixa Renda, no país inteiro não existe um único estado ou município onde um trabalhador em período integral que receba salário mínimo consiga pagar até mesmo um apartamento médio de um dormitório<sup>19</sup>. Em comunidades como a da região do Vale do Silício, na Califórnia, onde os preços dos imóveis continuam a disparar, muitos trabalhadores que ganham salários baixos chegam a gastar metade de sua renda só com moradia — muitas vezes espremendo três ou mais gerações e famílias em um único apartamento<sup>20</sup>. Quando a assistência habitacional tornou-se vital para ajudar o número cada vez maior de trabalhadores de baixa renda e suas famílias, a elisão fiscal privou os governos, em todos os níveis, das tão necessárias receitas.

Recentemente, a crise hídrica de Flint, em Michigan, cidade onde 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, evidenciou como a queda das receitas de impostos e os cortes de orçamento podem afetar diretamente os serviços básicos e a infraestrutura nas comunidades mais pobres dos EUA. Como a cidade de Flint enfrentava problemas financeiros, o estado instalou um gerente de emergência para ajudá-la a encontrar maneiras de reduzir custos. Uma das muitas medidas que o gerente adotou para diminuir os custos foi

mudar a fonte de abastecimento de água municipal do sistema de Detroit para o do rio Flint. Essa mudança acabou resultando na corrosão da tubulação de água em toda a cidade, permitindo a entrada de níveis perigosamente altos de chumbo na rede. Em consequência, oito mil crianças ficaram expostas a níveis perigosos de contaminação por chumbo, com efeitos irreversíveis sobre o cérebro e o sistema nervoso para a vida toda<sup>21</sup>.

Em outras comunidades de baixa renda, centenas de milhares de crianças estão expostas a níveis perigosos de chumbo na água que bebem. Em algumas delas, como a do Condado de Houston no Alabama, Clairborne Parish na Louisiana e Condado de Tyler na Virgínia Ocidental, de 20% a 58% das crianças tiveram resultados positivos nos exames para detecção de envenenamento por chumbo<sup>22</sup>. De acordo com um estudo do Centro de Prevenção e Controle de Doenças (CDC) realizado em 2013, 1,6 milhão de crianças de um a cinco anos de idade têm níveis elevados de chumbo no organismo<sup>23</sup>. Porém, apesar dessas crises, desde o ano fiscal de 2010 o Congresso já cortou em 55% as despesas do CDC com programas que ajudam as crianças a lidar com a intoxicação por chumbo<sup>24</sup>.

Embora os EUA e outros países desenvolvidos estejam claramente perdendo receita com a transferência de lucros, os países pobres em geral estão em pior situação, pois suas receitas públicas dependem mais da tributação das grandes empresas. Pesquisa recente do FMI indica que a perda de receita decorrente das atividades de transferência de lucros pelas multinacionais é 30% maior nos países em desenvolvimento do que nos países da OCDE<sup>25</sup>. Além disso, os recursos públicos que custeiam a educação, a saúde e a infraestrutura básica são extremamente necessários nos países pobres, onde o gasto *per capita* com esses serviços essenciais básicos é ínfimo em comparação com as grandes economias<sup>26</sup>.

Comparados com os países ricos, os países pobres geralmente arrecadam uma fração menor de impostos da economia. Essa é uma das razões por que seus serviços públicos, como saúde e educação, são tão deficientes. Para aumentar as receitas, os países em desenvolvimento dependem muito mais do imposto de renda das empresas do que as economias avançadas. Neles, o imposto de renda das empresas responde por 17% do orçamento, ao passo que nos países avançados esse percentual é de cerca de 10%<sup>27</sup>. As perdas de receita por evasão fiscal das empresas são, portanto, muito mais prejudiciais para o povo mais pobre nos países pobres.

## As empresas pagam sua cota justa de impostos?

Um levantamento feito pela Gallup em 2015 constatou que aproximadamente sete de cada dez americanos acreditam que as empresas pagam muito pouco em impostos federais<sup>28</sup>. No entanto, muitos membros de ambos os partidos e líderes empresariais argumentam justamente o contrário, que os impostos das empresas são altos demais e as ferramentas drásticas que elas usam para reduzir suas alíquotas são justificadas porque estão dentro da lei<sup>29</sup>.

Basta olhar para as 50 maiores empresas públicas dos EUA para ver um quadro contundente que desafia a noção de que os esforços agressivos das empresas para reduzir seus impostos a valores abaixo dos legais e praticar *lobby* para conseguir alíquotas ainda mais baixas são justificados.

A Oxfam América coletou dados de cada uma dessas 50 companhias em nove métricas para estimar: empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates recebidos, lucros, impostos federais pagos, total pago em impostos no mundo, alíquota efetiva, “isenções” fiscais, dinheiro mantido no exterior, subsidiárias em paraísos fiscais e gastos com *lobby* federal. Todas as informações que apresentamos nesta publicação baseiam-se em dados disponíveis ao público, a maioria fornecida pelas próprias empresas em seus formulários 10-K anuais submetidos à Comissão de Valores Mobiliários. A descrição detalhada de nossa metodologia para cada uma das nove métricas que apresentamos está disponível no final deste documento.

A Oxfam América constatou que de 2008 a 2014 as 50 maiores empresas americanas cumulativamente:

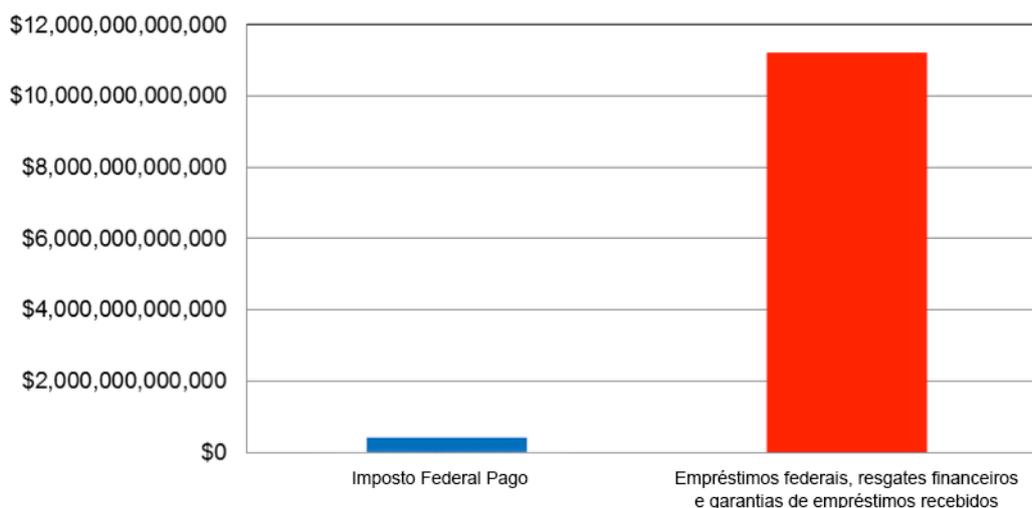
- Pagaram US\$ 1 trilhão em impostos no mundo todo, dos quais US\$ 412 bilhões foram pagos ao governo federal dos EUA<sup>30</sup>.
- Receberam ajuda de US\$ 11,2 trilhões na forma de empréstimos, garantias de empréstimo e resgates financeiros do governo federal<sup>31</sup>.
- Obtiveram um lucro de US\$ 4 trilhões.
- Declararam uma alíquota efetiva geral média de 26,5%, 8,5% mais baixa que a alíquota legal de 35%<sup>32</sup>.
- Receberam US\$ 337 bilhões em “isenções” fiscais<sup>33</sup>.
- Atualmente têm US\$ 1,4 trilhão em reservas no exterior.
- Declararam ter 1.608 subsidiárias em paraísos fiscais<sup>34</sup>.
- Gastaram US\$ 2,6 bilhões com atividades de *lobby*.

Juntas, as 50 empresas obtiveram US\$ 4 trilhões em lucros de 2008 a 2014 e receberam aproximadamente US\$ 27 em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros para cada US\$ 1 que pagaram em impostos federais durante esse período (figura 2).

Não há dúvida de que os dados desse período foram fortemente influenciados por programas federais, tais como o autorresgate e o Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (Tarp), criados para lidar com a maior crise econômica ocorrida desde a Grande Depressão. Além disso, a maioria dos empréstimos e resgates é quitada integralmente com juros. Há também que se fazer distinções importantes entre empresas e setores quanto às suas práticas fiscais e ao recebimento de ajuda federal.

As empresas se beneficiam dos investimentos federais e das leis tributárias de diferentes modos, dos quais apenas alguns são revelados nos dados que a Oxfam América analisou. Os dados também não mostram o valor de outras formas de ajuda federal que as empresas recebem além dos empréstimos, garantias de empréstimo e resgates.

Não obstante, os dados são úteis para se observar em conjunto, porque põem em evidência os benefícios financiados pelo contribuinte de que as grandes empresas em geral desfrutam em comparação com os impostos que pagam.



**Figura 2: Impostos federais pagos vs. empréstimos federais, resgates e garantias de empréstimo recebidos pelas 50 maiores empresas americanas no período de 2008-2014**

Essas 50 empresas juntas pagaram uma alíquota efetiva de apenas 26,5% no geral, 8,5% a

menos que a alíquota legal de 35% e pouco abaixo da média de 27,7% paga em outros países desenvolvidos<sup>35</sup>. Esse percentual abrange não apenas os impostos pagos ao governo federal, mas também os impostos que elas declararam ter pago a estados, municípios e governos estrangeiros. Quando se consideram apenas os impostos pagos ao governo federal americano, a alíquota cai para aproximadamente 10% dos lucros totais das empresas.

Essa é uma estimativa extremamente generosa dos pagamentos de impostos, extraída diretamente dos dados divulgados pelas empresas. Ela incorpora os “passivos fiscais diferidos”, que não são realmente pagos no ano em que são estimados. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora para dar o benefício máximo da dúvida para as empresas. Outras metodologias mostraram que as verdadeiras alíquotas efetivas das grandes empresas podem ser substancialmente mais baixas. Um estudo de 2014 da organização Cidadãos pela Justiça Fiscal analisou dados de cinco anos e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram uma alíquota efetiva média de imposto de renda federal de apenas 19,4%, pouco mais que a metade da alíquota legal de 35%.

As baixas alíquotas das empresas são o resultado de várias renúncias fiscais, brechas nas leis e isenções fiscais específicas. A alíquota de 26,5% efetivamente permitiu que as empresas deixassem de pagar US\$ 337 bilhões durante o período de 7 anos entre 2008 e 2014<sup>37</sup>.

Isso corresponde a uma renúncia fiscal federal de mais de US\$ 48 bilhões por ano. Em outras palavras, o governo federal gasta por ano aproximadamente duas vezes mais em “isenções” fiscais para essas 50 empresas do que com ajuda externa focada na pobreza.

Só as “isenções” fiscais para essas 50 empresas custam ao governo americano, por ano, cerca de duas vezes mais que o montante gasto com educação para 932 milhões de cidadãos nos 47 países mais pobres do mundo<sup>39</sup>.

Os números deixam um ponto transparente como cristal: as empresas são fortemente dependentes dos contribuintes e do governo e têm a obrigação de reconhecer essa responsabilidade mútua na hora de pagar seus impostos.

Pode ser que oferecer US\$ 11,2 trilhões em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros para as 50 maiores empresas seja um investimento que valha a pena para o governo dos EUA. E não há dúvida de que as empresas contribuem para a sociedade de muitas formas, por meio de crescimento econômico, geração de empregos, produtos, serviços, inovação e muitas outras coisas valiosas para nossa cultura e economia, inclusive doações filantrópicas e esforços de responsabilidade social corporativa.

Mas o mesmo se pode dizer dos indivíduos e pequenos negócios, que não lançam mão de subterfúgios para evitar seus impostos. O governo precisa de receita para funcionar, e não se pode esperar que os contribuintes banquem a dispendiosa ajuda federal a empresas lucrativas se essas empresas nem mesmo querem pagar sua cota justa de impostos.

No mínimo, os contribuintes e investidores devem saber onde as empresas beneficiadas com a ajuda do governo federal pagam seus impostos e onde fazem seus negócios.

## **Subsidiárias no exterior e lobistas em Washington DC**

Os dados públicos que a Oxfam analisou fornecem algumas evidências valiosas das medidas agressivas que as empresas adotam para reduzir suas alíquotas de imposto. Em parte, as empresas conseguiram diminuir suas alíquotas escondendo US\$ 1,4 trilhão no exterior e contando com uma rede enorme de mais de 1.600 subsidiárias em paraísos fiscais. Essas subsidiárias são parte de uma rede complexa utilizada para transferência de lucros, o que reduz a carga tributária das empresas nos EUA e em qualquer outro lugar do mundo onde operam.

As empresas geralmente declaram seus fundos no exterior como rendimentos “permanentemente reinvestidos” em certas subsidiárias estrangeiras. Em 1986, o Congresso modificou uma lei destinada a impedir o entesouramento de dinheiro pelas empresas e passou a permitir que elas tivessem quantias ilimitadas de rendimentos não tributados no exterior. Em consequência, as empresas da Fortune 500 divulgaram que, em conjunto, têm mais de US\$ 2,4 trilhões no exterior<sup>40</sup>. As regulamentações têm normas extremamente vagas para os casos em que a empresa alega que sua subsidiária está “localizada” em um paraíso fiscal e, portanto, evita pagar impostos sobre os rendimentos que permanecem *offshore* com aquela subsidiária.

O atual sistema de subsidiárias secretas é ridiculamente artificial. A legislação americana nem sequer exige que as subsidiárias tenham presença física no exterior, como por exemplo nas Ilhas Cayman, além de uma caixa de correio, e muitas vezes a subsidiária *offshore* ainda tem endereço de cobrança nos EUA. Um pequeno edifício de escritórios nas Ilhas Cayman serve de endereço registrado para 18.857 empresas<sup>41</sup>.

Além disso, esses rendimentos *offshore* são quase sempre mantidos em contas bancárias nos EUA ou como ativos americanos<sup>42</sup>. Uma investigação feita pelo Senado sobre 27 grandes multinacionais com quantias substanciais de dinheiro supostamente “presas” no exterior descobriu que mais da metade desses recursos já estava investida em bancos, títulos e outros ativos nos EUA<sup>43</sup>.

E, como as regras para divulgação são muito fracas, as 1.600 subsidiárias que as 50 maiores empresas declararam à SEC podem ser apenas a ponta do *iceberg*. A SEC só exige que as empresas declarem o que chamam de “subsidiárias significativas”, ou seja, aqueles casos em que: 1) o investimento na subsidiária constitui mais de 10% dos ativos totais consolidados da empresa ou 2) a renda da subsidiária é maior que 10% da renda total consolidada da empresa<sup>44</sup>.

Existem evidências de que essa norma fraca permite que as empresas escondam um grande número de subsidiárias. Como ilustração do efeito bastante limitado das atuais exigências de divulgação, em 2014, as quatro maiores empresas financeiras dos EUA em conjunto declararam 1.858 subsidiárias para a SEC. Mas para o Federal Reserve, que exige divulgação mais completa das instituições financeiras, mas não de outros tipos de empresa, essas mesmas quatro companhias declararam o impressionante total de 10.688 subsidiárias<sup>45</sup>. A maioria das grandes empresas não é obrigada a divulgar informações sobre suas subsidiárias para o Federal Reserve. No mínimo, as grandes empresas americanas deveriam ser obrigadas a revelar se têm ou não uma imensa rede de milhares de subsidiárias instaladas em paraísos fiscais.

As divulgações das empresas também indicam investimentos substanciais e sustentados em *lobby* federal. Não deve ser surpresa para ninguém que as grandes empresas gastem recursos vultosos com *lobby*. O mais chocante é o tamanho do retorno sobre esse investimento.

A abrangência geral do *lobby* para moldar as políticas públicas é imensa. Cada membro do Congresso em Washington DC é seguido por uma média de 21 lobistas e sujeito a gastos de US\$ 6 milhões por ano para influenciar os votos deles.

As 50 maiores empresas gastaram cerca de US\$ 2,7 bilhões com *lobby* de 2008 a 2014. Isso significa que para cada US\$ 1 que investiram para moldar a política federal por meio de *lobby*, elas receberam US\$ 130 em isenções fiscais e mais de US\$ 4 mil em empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros.

Os dados não indicam precisamente que parcela da ajuda federal recebida pelas empresas é resultado direto do *lobby*. Eles só mostram que, como um todo, os vários investimentos feitos pelas empresas para influenciar a política em Washington estão dando resultado.

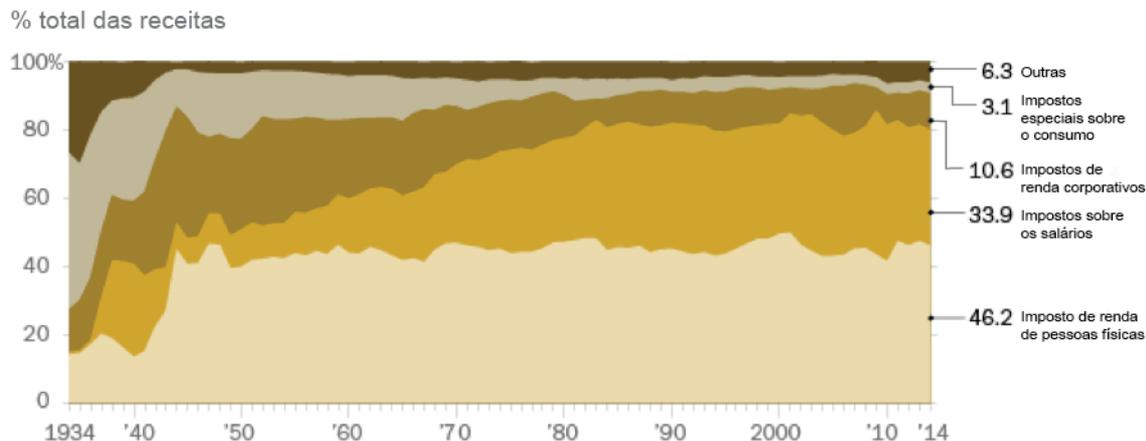
Isso está de acordo com a pesquisa sobre o poder do *lobby* para a obtenção de alíquotas mais baixas para as empresas. Pesquisadores da Universidade do Texas, Universidade da Califórnia em San Diego e Universidade de Nova York descobriram que um aumento de 1% nas despesas com *lobby* registradas parece reduzir as alíquotas efetivas em até 1,6% no ano seguinte<sup>47</sup>. Em outras palavras, quanto mais se gasta com *lobby*, menos imposto se paga.

## O custo da evasão fiscal nos Estados Unidos

Os EUA perdem em torno de US\$ 111 bilhões a cada ano devido à evasão fiscal corporativa.<sup>48</sup> Não devemos perder de vista as razões pelas quais a evasão é importante. Essa perda de receitas impede o investimento adequado em educação, infraestrutura e em outras necessidades públicas fundamentais que podem reduzir a pobreza, gerar empregos e criar maior oportunidade econômica.

A evasão fiscal faz parte de uma tendência mais ampla que tem presenciado o constante declínio das receitas federais provenientes de impostos corporativos, forçando os EUA a procurar receitas em outros lugares, muitas vezes em impostos que põem uma sobrecarga desproporcional sobre os pobres.

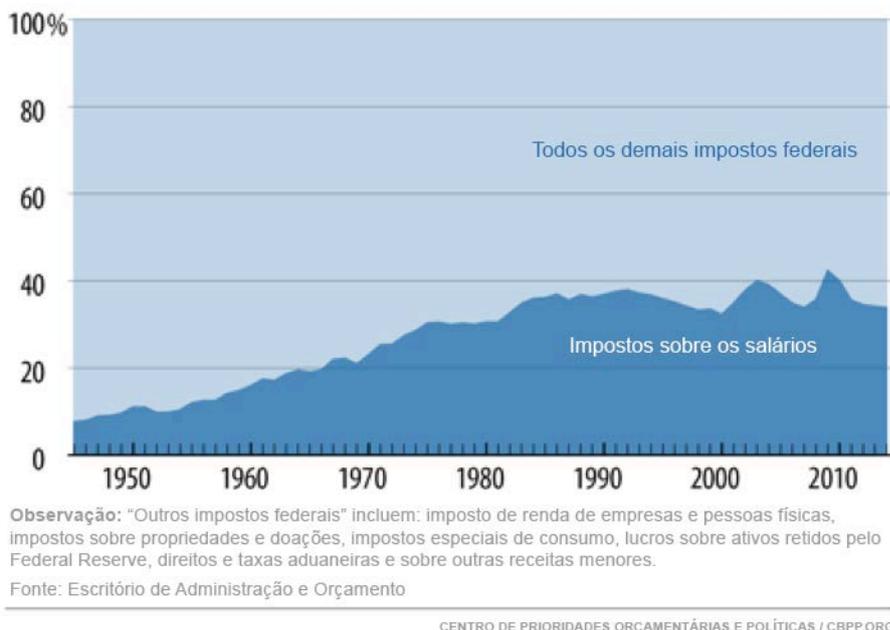
Nos EUA, a parte das operações do governo apoiada pelas corporações caiu em dois terços nos últimos 60 anos. No exercício fiscal de 2014, o governo federal americano arrecadou US\$ 320.7 bilhões em impostos corporativos ou 10,6% da sua receita total, 32% abaixo da arrecadação de 1952.<sup>49</sup> Essa tendência não é acidental; ela resulta de escolhas políticas feitas por interesses especiais que têm contribuído para o crescimento da desigualdade.<sup>50</sup> O custo dos impostos corporativos tem mais chances de ser gerado pelos ricos do que outros tipos de impostos.<sup>51</sup> O imposto sobre a renda é gerado principalmente pelos acionistas na forma de dividendos reduzidos das ações. Os americanos ricos recebem "a parte do leão" desses dividendos.<sup>52</sup>



Fonte: Escritório de Administração e Orçamento  
CENTRO DE PESQUISAS PEW

### Figura 3- Fontes de receita do governo dos EUA

Entretanto, os impostos sobre os salários que, em média, exigem maior tributação de contribuintes de renda média e baixa do que dos contribuintes de renda alta, têm desempenhado um papel mais relevante no financiamento dos programas federais.<sup>53</sup>



**Figura 4- Participação dos impostos sobre a folha de pagamento nas receitas federais do governo dos EUA**

Essa mudança para fontes de receita mais regressivas ocorreu, em parte, porque as receitas fiscais das empresas não acompanharam o ritmo do crescimento global da economia do país. Segundo o Bureau de Análise Econômica dos EUA, desde 1980 o reajuste inflacionário do produto interno bruto aumentou 149%, enquanto o reajuste inflacionário das receitas fiscais das empresas subiu apenas 84,5%.<sup>54</sup>

Há claras evidências de que as receitas fiscais das empresas diminuíram em consequência direta da transferência de lucros para paraísos fiscais. O economista Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia em Berkeley, estima que ao longo dos últimos 15 anos, a taxa efetiva de impostos das empresas norte-americanas diminuiu de 30% para 20%, e cerca de 2/3 desse declínio pode ser atribuído ao aumento da transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação.<sup>55</sup>

Conquanto os benefícios de impostos corporativos mais baixos atinjam desproporcionalmente ao já rico, a receita faltante é uma oportunidade perdida de atender às necessidades humanas reais. Por exemplo, US\$ 111 bilhões poderiam ter ajudado a tirar 60% das crianças pobres da linha de pobreza e criado mais 620 mil postos de trabalho, reconstruindo a esfacelada infraestrutura dos EUA.

O Fundo de Defesa das Crianças estimou que US\$ 77.2 bilhões seriam suficientes para reduzir a pobreza infantil nos EUA em incríveis 60%. Acabar com as brechas fiscais que permitem às empresas transferir lucros para as filiais em paraísos fiscais seria mais do que suficiente para pagar por isso e restariam mais de US\$ 33 bilhões para poupar.

Aplicar esses US\$ 33 bilhões em infraestrutura ajudaria a criar centenas de milhares de postos de trabalho. Um estudo recente da Universidade de Duke estimou que cada US\$ 1 bilhão em investimentos em infraestrutura do transporte federal pode gerar aproximadamente 21.761 postos de trabalho.<sup>57</sup>

Gastos de forma diferente, os US\$ 111 bilhões, obtidos com a eliminação das brechas que permitem a evasão para paraísos fiscais, ofereceriam receita mais que suficiente para evitar todos os cortes, tanto em gastos com a defesa quanto de não defesa, aprovados no "sequestro" como parte da Lei de Controle Orçamentário de 2011.<sup>58</sup> Esses cortes tiveram um efeito desproporcional sobre os programas que atendem pessoas de baixa renda.<sup>59</sup>

De outro modo, se os US\$ 111 bilhões fossem gastos na luta contra a pobreza global, os EUA poderiam quadruplicar seu financiamento à ajuda externa centrada na pobreza.<sup>60</sup>

As decisões sobre quais programas específicos são subsidiados são políticas e vão além de uma simples questão sobre quanto dinheiro é arrecadado em impostos. Uma base tributária adequada é uma condição necessária, mas não suficiente, para a existência de programas aprovados de combate à pobreza. Porém, esses números ilustram os tipos de investimentos positivos que poderiam ser feitos com a receita de impostos não arrecadados atualmente.

## O custo da evasão fiscal nos países pobres

O diálogo político norte-americano tende a se concentrar no papel dos paraísos fiscais e na redução da receita do Tesouro dos EUA. Menos discutido no país é o fato de as grandes empresas, muitas das quais sediadas nos EUA, utilizarem exatamente os mesmos mecanismos para evitar o pagamento de impostos em alguns dos lugares mais pobres do mundo. Segundo estimativa da ONU, a evasão fiscal de empresas multinacionais custa aos países em desenvolvimento US\$100 bilhões a cada ano.<sup>61</sup>

Não é de surpreender que a sonegação fiscal prejudique especialmente os países pobres. Técnicas de descaracterização do lucro roubam o país de origem, onde o rendimento é ganho, em benefício dos donos da corporação, que geralmente estão nos Estados Unidos ou em outro país rico.

Os impostos pagos, ou não pagos, por empresas multinacionais em países pobres podem ser a diferença entre a vida e a morte, a pobreza ou a oportunidade. Cem bilhões de dólares americanos é quatro vezes mais do que os 47 países menos desenvolvidos do mundo gastam em educação para os seus 932 milhões de cidadãos.<sup>62</sup> Cem bilhões de dólares americanos equivalem ao que seria o custo para fornecer serviços básicos de saúde e salvar vidas ou levar água potável e saneamento básico para mais de 2.2 bilhões de pessoas.<sup>63</sup>

Algumas empresas multinacionais que operam em países pobres se aproveitam de brechas nas leis para reduzir seus encargos tributários e simultaneamente negociar isenções fiscais com governos ansiosos para atrair investimentos e estimular o crescimento. Os governos dos países em desenvolvimento doam cerca de US\$ 138 bilhões por ano em isenções legais de imposto de renda.<sup>64</sup>

Tome-se, por exemplo, Bangladesh. A pobreza no país é profunda e generalizada; quase metade da população vive com menos de um dólar por dia.<sup>65</sup> Ocupa o 142 lugar entre os 188 países do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU e precisa desesperadamente de investimentos para ajudar a melhorar as condições para o seu povo.<sup>66</sup> O National Board of Revenue de Bangladesh estima que as multinacionais desviam cerca de US\$ 1,8 bilhão do país a cada ano por meio de avaliação incorreta das transferências, uma técnica difundida na qual as corporações manipulam o preço das transferências internas de bens e serviços entre a empresa e as empresas subsidiárias para evitar impostos.<sup>67</sup> Como resultado, o governo tem deixado de receber cerca de US\$ 310 milhões a cada ano em receitas fiscais. Esse montante poderia pagar cerca de um quinto (20,4%) do orçamento da educação fundamental em Bangladesh - recursos vitais em um país onde há apenas um professor para cada 75 crianças em idade escolar.<sup>68</sup>

No Peru, uma auditoria realizada pela administração fiscal do país em apenas 27 casos de avaliação incorreta de transferências em 2013 revelou lucros não declarados de US\$ 350 milhões, representando cerca de US\$ 105 milhões em impostos sonegados. Se as autoridades pudessem monitorar e auditar todas as operações de transferência de preços, o governo peruano poderia arrecadar cerca de US\$ 3.36 bilhões em receitas fiscais adicionais, o equivalente a 84% do orçamento da educação do país.<sup>69</sup>

Líderes africanos, incluindo o ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan, têm assinalado que a África perde mais dinheiro a cada ano para a evasão fiscal do que aquele que recebe em ajuda internacional para assistência ao desenvolvimento. Ele tem feito apelos inflamados à comunidade internacional para a reforma, dizendo: "A África perdeu a tolerância com a sua exploração pelo resto do mundo. O povo africano espera uma participação justa na riqueza sob seu solo e suas águas territoriais."<sup>70</sup>

## O que pode ser feito?

"Nosso código tributário corporativo é repleto de sutilezas que distorcem o mercado. E a maneira como tributamos as empresas americanas que vendem bens e serviços no exterior está deixando trilhões de dólares de capital no exterior." (Presidente da Câmara, Paul Ryan (R-WI)).

"Nosso sistema fiscal internacional está de cabeça para baixo e do avesso. Ele cria incentivos para enviar trabalhos e acumular lucros no exterior, em vez de criar empregos e crescimento econômico nos Estados Unidos." - Senador Chuck Schumer (D-NY)

Consenso sobre qualquer assunto em Washington é raro, particularmente sobre questões controversas e ideológicas como tributos. Mas, a julgar pela retórica de alguns dos líderes republicanos e democratas no Congresso, o início de um consenso, ou, pelo menos, um compromisso sobre reformas nas regras de tributação das sociedades internacionais está em formação.

O senso comum postula que as empresas americanas enfrentam encargos injustos por causa de leis da era Kennedy, desatualizadas e criadas antes da globalização e da inovação tecnológica que transformou a economia global. Argumenta-se que os Estados Unidos se tornaram menos competitivos no exterior por causa de seu sistema mundial de tributação internacional, enquanto outros países têm adotado normas fiscais internacionais modernas para ajudar suas empresas e seus trabalhadores a competir no mercado global. Em suma, os impostos corporativos dos EUA são muito elevados, muito complexos e muito onerosos e incentivam as empresas a se mudar e acumular seus lucros no exterior, em prejuízo dos trabalhadores do país e do Tesouro dos EUA.<sup>71</sup>

Como a maioria do senso comum, esse raciocínio tem por base um fundo de verdade. Os EUA e as regras fiscais globais precisam desesperadamente de reforma. Mas, as soluções políticas apresentadas em propostas de reforma tributária existentes pouco fazem para resolver as pressões estruturais subjacentes. Em uma economia globalizada, como definir taxas fiscais suficientemente baixas para competir com países com taxas de impostos zero?

A resposta é "não é possível". Em vez de competir para ganhar uma corrida para o fundo, a reforma fiscal internacional precisa ser construída sobre uma nova estrutura de cooperação transfronteiriça, transparência e responsabilidade. As políticas têm de levar público, investidores e consumidores a um diálogo permanente com as empresas para ajudar a garantir que as decisões sobre impostos decorram de discussões mais amplas em torno da responsabilidade corporativa. Somente quando as empresas virem os impostos que pagam como um pilar fundamental do pacto social que têm com seus clientes e o público, é que começaremos a acabar com a era dos paraísos fiscais.

A transparência é apenas o primeiro passo e deve ser acompanhada de medidas agressivas para reprimir os paraísos fiscais, incluindo sanções e outras abordagens punitivas para ajudar a evitar que paraísos fiscais minem por completo o sistema global de impostos.

No topo da lista de reformas políticas dos EUA necessárias para reprimir os paraísos fiscais, é obrigatória a divulgação pública de relatório país por país (CBCR). O relatório país por país exige que as empresas divulguem informações básicas sobre onde fazem negócios e onde pagam seus impostos para que possam ser responsabilizadas quando seus recolhimentos de impostos forem claramente desconformes com a sua atividade econômica.

Os EUA assumiram um vago compromisso de buscar novas regras nos recentes acordos da Evasão da Base Tributária e Transferência dos Lucros (Beps) firmados pelo G-20 sob um processo liderado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Departamento do Tesouro dos EUA está buscando uma nova regra simples exigindo maior CBCR de algumas empresas, mas a minuta da regra se aplica a um grupo muito restrito de empresas e não requer que elas tornem públicas essas informações, dificultando uma prestação de contas verdadeira.<sup>72</sup> Em última análise, o Congresso terá de agir, a fim de garantir que até mesmo esses compromissos simples do G-20 sejam atendidos.

A falta de ação do Congresso hoje significa que os EUA são retardatários em comparação com outros países desenvolvidos. A UE já aprovou regras de CBCR para os bancos e espera-se que no terceiro trimestre do ano aprove novas regras CBCR que cobrirão de 10% a 15% das multinacionais. Essas medidas são um primeiro passo importante, embora sejam necessários esforços muito mais vigorosos por parte dos governos da UE.<sup>73</sup>

Uma proposta existente no Congresso iria resolver muitos desses desafios e começar a colocar os EUA em pé de igualdade com a Europa. Um projeto de lei conhecido como Lei para Deter o Uso Abusivo de Paraísos Fiscais inclui uma série de medidas importantes para ajudar a controlar o abuso tributário das empresas, incluindo os CBCR. A Lei para Deter o Uso Abusivo de Paraísos Fiscais autorizaria esforços especiais para melhorar a aplicação da lei tributária dos EUA, com vistas a reprimir os paraísos fiscais, mudar o tratamento de empresas estrangeiras controladas por empresas norte-americanas, a fim de limitar o "papel das subsidiárias" e aumentar a transparência através de relatórios CBCR e novos requisitos benéficos de divulgação de propriedade, juntamente com uma série de outras medidas de combate à evasão fiscal.

O Congresso e o presidente deveriam aprovar rapidamente a Lei para Deter o Uso Abusivo de Paraísos Fiscais como um primeiro passo necessário para acabar com a era dos paraísos fiscais.

## O que é prática responsável de pagamento de impostos por empresas?

As empresas multinacionais não precisam esperar pela ação do Congresso para implementar ações básicas com vistas à pagar sua parte justa de impostos. Inúmeras empresas têm recebido pesadas críticas nos últimos meses sob acusações de abuso fiscal.<sup>74</sup> Essas empresas tendem a seguir um padrão familiar de negar qualquer mau procedimento alegando que suas práticas fiscais estão dentro dos limites da lei.

Transparência é uma primeira medida necessária. As empresas devem divulgar publicamente suas receitas, lucros, impostos pagos, número de funcionários, e os subsídios públicos recebidos por cada subsidiária em todos os países nos quais operam. Até que as empresas estejam dispostas a divulgar publicamente informações básicas sobre onde pagam seus impostos e onde sua atividade econômica ocorre, é impossível verificar a veracidade das afirmações que fazem sobre suas práticas fiscais. Se as empresas realmente acreditam que não têm nada a esconder, a divulgação oferece pouco risco.

É a falta de divulgação, combinada com provas claras de que as empresas estão movimentando grande parte de seus lucros em jurisdições de baixo ou nenhum imposto que tem colocado algumas das maiores empresas dos Estados Unidos sob a dura mira da publicidade negativa decorrente de acusações severas de funcionários do governo e da sociedade civil.

As empresas também devem se comprometer a alinhar seus pagamentos de impostos com sua atividade econômica real. Movimentar lucros através de paraísos fiscais, esconder dinheiro lá fora e outros mecanismos agressivos de evasão fiscal não são estratégias

sustentáveis para o crescimento. Empresas que empregam exércitos de contadores para espremer seus lucros minimizando suas obrigações tributárias - em vez de investir em serviços e produtos que geram valor para seus clientes - enfrentam riscos financeiros, legais e de reputação significativos.

Quando as empresas deixam de pagar sua parcela justa de impostos, todos nós pagamos o preço no longo prazo. Os impostos são um investimento em nosso futuro compartilhado. Os impostos subsidiam escolas, estradas, pontes, sistemas judiciários, defesa nacional e equipes de pronta resposta com as quais as empresas contam. Quando corporações sonegam impostos, as famílias trabalhadoras e as pequenas empresas precisam compensar a diferença. O mesmo pode ser dito das comunidades onde as empresas operam pelo mundo todo.

Reguladores do governo, fiscalizadores da mídia e organizações da sociedade civil estão cada vez mais mantendo as empresas responsáveis por suas práticas fiscais. Investigações de grande magnitude feitas por políticos e jornalistas nos EUA e na Europa resultaram em multas significativas e, talvez o mais importante, em golpes maciços na reputação.<sup>75</sup> As empresas investem uma alta quantia em sua reputação pública, incluindo esforços relevantes de responsabilidade social corporativa. Mas falham ao não pagar sua justa parcela de impostos e põem em risco essa boa imagem.<sup>76</sup> empresas que se veem - e querem ser vistas por outros - como cidadãos corporativas responsáveis não podem se esquivar de suas obrigações fiscais.

Com as finanças e a reputação das empresas na mira, os investidores estão observando as práticas fiscais da empresa. A ONU convocou recentemente um grupo de investidores globais para elaborar um manual sobre como os acionistas devem se envolver na questão do imposto com as empresas nas quais investem. O manual faz o *business case* sobre a razão pela qual os investidores precisam ser cautelosos com as empresas que praticam o planejamento tributário agressivo e devem e devem pressioná-las para que sejam mais transparentes sobre suas políticas fiscais.<sup>77</sup>

Por fim, as empresas devem usar sua considerável influência política para procurar um tratamento mais equitativo em impostos, em vez de tentar burlar as regras para ganho próprio. O fato de as 50 empresas deste relatório terem gasto quase US\$ 3 bilhões em lobby federal no decorrer dos últimos sete anos é apenas o topo do iceberg - muitas companhias encobrem suas tentativas de influenciar os formuladores de políticas, direcionando doações através de associações comerciais, grupos industriais e grupos de reflexão que, em seguida, promovem a agenda das corporações tentando manter brechas sociais e o status quo desigual.<sup>78</sup>

As empresas devem ser transparentes sobre todas as suas tentativas de influenciar a política e devem usar sua influência para apoiar leis como a Lei para Deter o Uso Abusivo de Paraísos Fiscais, que cria condições mais igualitárias para os impostos, em vez de enfraquecê-las.

## Recomendações:

A Oxfam América apela ao Congresso e ao presidente para que aprovem o “*Stop Tax Haven Abuse Act*”, a lei para deter o uso abusivo de paraísos fiscais, e exijam a apresentação de Relatórios País por País de todas as empresas multinacionais sediadas nos Estados Unidos.

Em vez de se envolver em uma corrida improdutiva e mutuamente destrutiva, os EUA deveriam assumir um papel de liderança para tentar resolver os problemas estruturais do sistema tributário global. Os EUA deveriam exigir um processo verdadeiramente inclusivo, em que todos os governos pudessem elaborar regras fiscais mutuamente benéficas que melhorassem o compartilhamento de informações, a transparência e a responsabilidade em âmbito global.

A Oxfam América publicou previamente um [conjunto abrangente de recomendações](#) para promover um comportamento fiscal corporativo responsável. Esse relatório apresenta uma série detalhada de ações que as empresas podem adotar para o exercício da liderança em vários aspectos, tais como transparência, planejamento fiscal, entrosamento com as autoridades fiscais, governança, incentivos fiscais e *lobbying*.

### **“Melhorando” em Tributação Corporativa:**

Em conjunto com a Christian Aid e a ActionAid, a Oxfam publicou recentemente um [relatório](#) que indica um caminho para que as empresas pratiquem um comportamento fiscal corporativo responsável.

O relatório diz:

Uma empresa com administração fiscal responsável:

- É radical e proativamente transparente no que diz respeito à sua estrutura de negócios e suas operações, questões fiscais e tomada de decisões sobre impostos;
- Avalia e relata publicamente os impactos fiscais, econômicos e sociais (positivos e negativos) de suas decisões e práticas relacionadas a impostos de uma forma acessível e abrangente;
- Adota medidas – progressivas, mensuráveis e em diálogo com as partes interessadas – para melhorar o impacto de seu desempenho fiscal sobre o desenvolvimento sustentável e sobre os direitos humanos de funcionários, clientes e cidadãos nos locais onde opera.

Como primeiro passo para a implementação dessas políticas, a Oxfam pede que todas as empresas multinacionais americanas:

1. Declarem publicamente alguns dados como receita, lucros, impostos pagos, número de funcionários, subsídios recebidos e outros principais indicadores financeiros de todas as empresas subsidiárias agregadas a nível nacional em cada país nos quais operam.
2. Acabem com o uso abusivo de paraísos fiscais e paguem impostos no lugar onde desenvolvem as atividades econômicas.
3. Divulguem publicamente todas as contribuições feitas aos formuladores de políticas, às associações de classe, aos centros de pesquisa e a outras entidades políticas para influenciar a política fiscal.
4. Defendam publicamente um cenário equitativo no sistema tributário corporativo, dando apoio à Lei para Deter o Uso Abusivo de Paraísos Fiscais.

## **Metodologia**

A Oxfam América coletou dados usando nove métricas para cada uma das 50 empresas<sup>79</sup>, no intuito de mensurar impostos pagos, impostos evitados, ajuda federal recebido e despesas com *lobby*. Todas as informações apresentadas nesta publicação têm como base dados públicos disponíveis, em sua maioria fornecidos pelas próprias empresas no formulário 10-K enviado à SEC. Esta seção descreve a metodologia usada para cada uma das nove métricas que apresentamos.

A Oxfam América contactou todas as empresas mencionadas neste relatório para compartilhar os resultados da nossa pesquisa antes de sua publicação. Várias empresas se ofereceram para colaborar em nossa metodologia ou para fornecer informações adicionais, explicações ou contexto. Este relatório incorpora esse retorno.

## **Apoio Federal**

O indicador “apoio federal” captura a quantia que cada empresa recebeu ou foi beneficiária em empréstimos federais, garantias de empréstimo e assistência financeira do governo

federal dos EUA de 2008 a 2014. O Rastreador de Subsídios da Good Jobs First cria uma lista de subsídios individuais recebidos pelas empresas e calcula a soma dos empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros (excluindo reembolsos).<sup>80</sup> Os dados desses tipos de apoio federal têm a seguinte origem:

- Federal Reserve<sup>81</sup>
- Departamento do Tesouro<sup>82</sup>
- Corporação para Investimentos Privados Internacionais (Opic)<sup>83</sup>
- Sociedade Federal de Seguro de Depósito<sup>84</sup>
- Departamento da Receita Federal<sup>85</sup>
- USA Spending<sup>86</sup>
- Data.gov<sup>87</sup>
- Relatório Trimestral para o Congresso do Escritório do Inspetor Geral Especial para o Programa de Alívio de Ativos Problemáticos
- Base de Dados EMMA do Conselho Municipal de Regras do Mercado de Valores
- Departamento de Finanças e Administração do Mississippi<sup>90</sup>
- American International Group<sup>91</sup>
- Escritório de Orçamento Independente da Cidade de Nova York<sup>92</sup>
- Apêndice do testemunho do GAO ao Subcomitê da Câmara sobre Investigação, 30 de maio de 2014<sup>93</sup>
- Departamento do Tesouro de Louisiana<sup>94</sup>

Em alguns casos, a empresa foi beneficiária de uma garantia de empréstimo do Banco de Exportação e Importação ou da Opic, o que incentivou empresas terceirizadas a comprar seus produtos ou serviços. Algumas das empresas questionaram nossa inclusão desses fundos, mas mantivemos a nossa metodologia. Embora as empresas no nosso estudo não fossem as destinatárias diretas das garantias de empréstimo, elas foram beneficiárias diretas e o Banco de Exportação e Importação e a Opic as incluíram como parte da negociação.

A lista do Rastreador de Subsídios da Good Jobs First incluiu, entre os subsídios individuais recebidos pelas empresas, as subvenções federais e os créditos fiscais. A Oxfam America optou por excluir esses dados, porque queríamos ter uma definição clara do apoio federal. A mistura de subvenções e créditos fiscais com empréstimos, garantias de empréstimos e resgate financeiro é potencialmente confusa ou enganosa, porque associa valores que já podem ter sido quitados com aqueles que ainda não o foram.

Como muitos desses empréstimos já foram saldados, o custo final assumido pelo governo dos EUA não é de 1 para 1. Contudo, esses subsídios e programas não estão disponíveis para a média das pessoas físicas ou pequenas empresas. Geralmente, como no caso de grandes resgates financeiros, o governo federal é a única fonte possível de recursos para as empresas.

Além disso, os cálculos do apoio federal são estimativas conservadoras do valor em dólar dos benefícios dos benefícios desfrutados pelas empresas em decorrência dos gastos federais. Os números não representam os valores que as empresas receberam em subvenções diretas ou contratos, financiamento federal para o sistema judiciário, aplicação da lei, segurança pública e força de trabalho capacitada, transporte e outra infraestrutura, P&D e muitos outros serviços compartilhados. Não representam os programas da rede de segurança, dos quais muitos funcionários, mesmo de grandes corporações, dependem para complementar níveis de remuneração que ficam aquém de um salário de subsistência.

Assim como as estimativas da Oxfam não incluem a totalidade dos benefícios de que as empresas desfrutam, elas não mensuram as contribuições que as empresas oferecem para a sociedade por meio de crescimento econômico, criação de empregos e inúmeras outras contribuições valiosas à nossa cultura e à nossa economia, inclusive suas doações beneficentes e os esforços de responsabilidade social corporativa.

## **Valor Pago em Impostos nos EUA**

A segunda categoria – valor pago em impostos nos EUA – é composta de cinco indicadores. Usando os relatórios anuais 10-K das empresas submetidos à SEC, calculamos o lucro total, o imposto de renda pago e o total dos impostos pagos nos anos de 2008 a 2014. Depois disso, usamos o total dos lucros e o total dos impostos pagos para calcular a alíquota de imposto efetiva e o valor pago a menor em impostos, comparado com a alíquota legal de 35%.

### Lucros

Nos relatórios anuais 10-K das empresas, a Declaração de Imposto de Renda apresenta um número para “lucros antes do imposto”, que representa os lucros da empresa para fins de imposto de renda.<sup>95</sup> Somamos os “lucros antes do imposto de renda” dos anos 2008 a 2014 para calcular os lucros de cada empresa nesse período. Usamos os “lucros antes do imposto da Declaração de Imposto de Renda e não manipulamos esse número incluindo ou excluindo outros tipos de renda visando manter a consistência com a própria abordagem das empresas na apresentação de seus números e no cálculo de suas efetivas alíquotas de impostos.

### Imposto de Renda Federal Pago

Nos relatórios 10-K, a nota explicativa do Imposto de Renda sobre os demonstrativos financeiros fornece os componentes do imposto de renda ou benefício da empresa, discriminados por valores atuais e diferidos, para o imposto de renda federal, imposto de renda estadual e municipal e imposto de renda no exterior. Usamos os dois valores, atual e diferido, dos impostos federais para manter a consistência com a própria abordagem das empresas na apresentação de seus valores de impostos constantes da Declaração de Imposto de Renda e no cálculo de suas efetivas alíquotas. Calculamos a provisão para o imposto de renda federal total, atual e diferido, de cada empresa, de 2008 a 2014.

### Total de Imposto Pago

Nos relatórios 10-K, a Declaração de Imposto de Renda fornece um número para “provisão para imposto de renda” que representa despesa ou benefício, correntes ou diferidos, para os impostos federal, estadual, local e estrangeiro. Somamos os anos 2008 a 2014 para calcular a provisão total de imposto de cada empresa para esse período. Usamos a “provisão para imposto de renda” da Declaração de Imposto de Renda e não manipulamos esse número incluindo ou excluindo impostos para continuarmos consistentes com a própria abordagem das empresas na apresentação de seus números e no cálculo de suas efetivas alíquotas de impostos.

### Alíquota de imposto efetiva

Para calcular a alíquota geral efetiva de imposto, dividimos o total do imposto pago pelo total dos lucros de 2008 a 2014 de cada empresa. Esse método condiz com o cálculo da alíquota efetiva da própria empresa nos relatórios 10-K. Ao agregar os dados da alíquota para o nosso período de tempo, calculamos a alíquota efetiva de cada empresa em cada ano, de 2008 a 2014, e confrontamos esse cálculo com as alíquotas informadas pelas empresas.

### Incentivos Fiscais

A métrica “incentivo fiscal” representa o valor que as empresas estão pagando a menor em comparação com o valor que elas teriam de pagar com a alíquota legal total dos EUA de 35% para o imposto de renda corporativo.

As “isenções fiscais” foram calculadas multiplicando-se os lucros totais da empresa por 35% e subtraindo o valor do imposto efetivamente pago para determinar a diferença entre o valor do imposto pago e o valor que deveria ter sido pago com a alíquota legal total.

### **Elisão Fiscal no Exterior**

Para fornecer um cenário mais completo das atividades de elisão de impostos dessas empresas, também tentamos avaliar seus esforços para evitar impostos mantendo o

dinheiro no exterior.

### Dinheiro no exterior

Nos relatórios 10-K, as empresas geralmente revelam o valor dos ganhos mantidos no exterior na nota explicativa da Declaração de Renda sobre as demonstrações financeiras.<sup>96</sup> O total é geralmente rotulado como ganhos “reinvestidos permanentemente” em certas subsidiárias no exterior. Embora esses ganhos nem sempre sejam mantidos como caixa ou reserva de caixa e possam de fato ser reinvestidos algumas vezes em subsidiárias no exterior, eles ainda são ganhos que podem escapar da tributação nos EUA. Em razão de a maioria dos relatórios 10-K de 2015 das empresas não terem sido ainda liberados por ocasião desta pesquisa, usamos os relatórios 10-K de 2014 das empresas para fins de consistência.

### Subsidiárias em Paraísos Fiscais

Para determinar o número de subsidiárias, nossa equipe de pesquisa usou o relatório da Cidadãos pela Justiça Fiscal (CTJ), *Offshore Shell Games 2015: The Use of Offshore Tax Havens by Fortune 500 Companies* [Jogos de Esconder Offshore 2015: Uso de Paraísos Fiscais por Empresas da Fortune 500]. A CTJ usou o Demonstrativo 21 dos relatórios 10-K de 2014 das corporações para determinar quantas subsidiárias foram divulgadas pelas empresas e a sua localização. A CTJ classificou 50 jurisdições como paraísos fiscais usando três fontes consistentes para sua definição: “a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Bureau Nacional de Pesquisas Econômicas e um despacho de um/uma ordem do Tribunal Distrital dos EUA.

O Demonstrativo 21 divulga apenas as “subsidiárias significativas”. Essa norma requer que as empresas divulguem apenas as subsidiárias onde 1) o investimento na subsidiária consista em mais de 10% do total dos ativos consolidados da corporação ou 2) a receita da subsidiária exceda em 10% o total dos proventos consolidados da corporação.<sup>98</sup> Como ilustração da natureza bem limitada dessa divulgação, as quatro maiores empresas financeiras americanas declaram apenas 17% de suas subsidiárias nos seus relatórios 10-K.<sup>99</sup>

Uma subsidiária em paraíso fiscal nem sempre constitui uma empresa de fachada, estabelecida unicamente para fins fiscais e de sigilo, e muitas empresas justificam a localização de subsidiárias em paraísos fiscais demonstrando que elas têm negócios ativos nessas jurisdições. No entanto, é claro que, como um grupo, as multinacionais dos EUA usam redes de subsidiárias em paraísos fiscais para se valer de regulamentos complacentes e adicionam o sigilo das jurisdições de paraísos fiscais e as normas vagas dos EUA para instalar uma subsidiária em uma jurisdição. Elas também podem declarar altos ganhos de suas subsidiárias em paraísos fiscais para se beneficiar da alíquota baixa ou zero enquanto evitam impostos em outros lugares.

### **Lobbying**

Para determinar as despesas com *lobbying* das empresas-alvo, usamos o site [Opensecrets.org](http://Opensecrets.org) do Centro de Políticas Responsivas. Esse recurso calcula o total de despesas com *lobby* de uma empresa e suas afiliadas usando dados divulgados pelo Escritório de Registros Públicos do Senado a partir de 20 de abril de 2015. Para cada empresa, somamos as despesas com *lobbying* nos sete anos, de 2008 a 2014.

Uma versão interativa dessa tabela está disponível em: <https://action.oxfamamerica.org/stoptaxdodging/data-table/>

NOME DA EMPRESA	EMPRÉSTIMOS FEDERAIS, RESGATES FINANCEIROS, GARANTIAS DE EMPRÉSTIMOS	LUCROS	IMPOSTO DE RENDA FEDERAL	TOTAL DE IMPOSTOS	ALÍQUOTA DE MPOSTO EFETIVA	INCENTIVOS FISCIAS	DINHEIRO EM PARAÍSO FISCAIS	SUBSIDIÁRIAS EM PARAÍSO FISCAIS	LOBBY TOTAL
Alphabet [Google]	US\$ 0	US\$ 84.902 M	US\$ 12.783 M	US\$17.167 M	20,2%	US\$ 12.549 M	US\$ 47.400 M	2	US\$73 M
American Express	US\$ 8.986 M	US\$ 42.672 M	US\$ 9.423 M	US\$ 12.982 M	30,4%	US\$ 1.953 M	US\$ 9.700 M	23	US\$ 19 M
American International Group [AIG]	US\$ 232.566 M	-US\$ 77.705 M	-US\$ 28.199 M	-US\$ 20.870 M	26,9%		não revelado	17	US\$ 31 M
Amgen	US\$ 0	US\$ 35.545 M	US\$ 2.633 M	US\$ 3.994 M	11,2%	US\$ 8.447 M	US\$ 29.300 M	8	US\$ 70 M
Apple	US\$ 0	US\$ 231.107 M	US\$ 50.771 M	US\$ 59.823 M	25,9%	US\$ 21.064 M	US\$ 181.100 M	3	US\$ 17 M
AT&T	US\$ 0	US\$ 87.076 M	US\$ 18.671 M	US\$ 20.817 M	23,9%	US\$ 9.660 M	não revelado	não revelado	US\$ 113 M
Bank of America	US\$ 3.495.477 M	US\$ 33.361 M	-US\$ 7.050 M	US\$ 3.346 M	10,0%	US\$ 8.330 M	US\$ 17.200 M	22	US\$ 24 M
Berkshire Hathaway	US\$ 11 M	US\$ 132.628 M	US\$ 32.065 M	US\$ 39.501 M	29,8%	US\$ 6.919 M	US\$ 10.000 M	9	US\$ 53 M
Boeing	US\$ 59.916 M	US\$ 34.905 M	US\$ 8.572 M	US\$ 9.659 M	27,7% <sup>[1]</sup>	US\$ 2.558 M	US\$ 800 M	1	US\$ 117 M
Capital One Financial	US\$ 3.355 M	US\$ 29.166 M	US\$ 8.014 M	US\$ 9.321 M	25,0%	US\$ 2.903 M	US\$ 1.400 M	não revelado	US\$ 12 M
Caterpillar	US\$ 5.532 M	US\$ 3.702 M	-US\$ 71 M	US\$ 837 M	22,6%	US\$ 459 M	US\$ 2.000 M	72	US\$ 26 M
Chvron	US\$ 1.250 M	US\$ 254.713 M	US\$ 13.164 M	US\$ 106.732 M	41,9%		US\$ 35.700 M	12	US\$ 85 M
Cisco Systems	US\$ 5 M	US\$ 67.235 M	US\$ 8.232 M	US\$ 11.986 M	17,8%	US\$ 11.546 M	US\$ 52.700 M	59	US\$ 15 M
Citigroup	US\$ 2.589.079 M	US\$ 9.340 M	-US\$ 32.246 M	-US\$ 8.567 M	-91,7%	US\$ 11.836 M	US\$ 43.800 M	41	US\$ 40 M
Coca-Cola	US\$ 0	US\$ 74.728 M	US\$ 6.766 M	US\$ 16.629 M	22,3%	US\$ 9.526 M	US\$ 33.300 M	12	US\$ 44 M
Comcast	US\$ 0	US\$ 58.664 M	US\$ 16.811 M	US\$ 20.094 M	34,3%	US\$ 438 M	não revelado	7	US\$ 108 M
ConocoPhillips	US\$ 0	US\$ 80.464 M	US\$ 9.864 M	US\$ 52.970 M	65,8%		US\$ 293 M	18	US\$ 79 M
CVSHealth	US\$ 1 M	US\$ 44.295 M	US\$ 14.720 M	US\$ 17.227 M	38,9%		não revelado	0	US\$ 70 M
Dow Chemical	US\$ 43 M	US\$ 21.883 M	-US\$ 57 M	US\$ 5.831 M	26,6%	US\$ 1.828 M	US\$ 18.037 M	92	US\$ 65 M
Exxon Mobil	US\$ 3.529 M	US\$ 432.457 M	US\$ 14.037 M	US\$ 177.584 M	41,1% <sup>[2]</sup>		US\$ 51.000 M	37 <sup>[3]</sup>	US\$ 121 M

<sup>[1]</sup> A Boeing respondeu: “A maior parte da diferença entre as alíquotas de imposto estatutárias e as efetivas é o benefício da P&D e dos créditos de fabricação. Eles foram aprovados para incentivar as empresas a investir em inovação e produção de alto valor para fortalecer a economia e oferecer empregos de alta qualificação.”

<sup>[2]</sup> Para calcular sua alíquota efetiva, a ExxonMobil usa receita antes de imposto incluindo juros não controlados e ganhos de capital pré-imposto (item C) em vez de “receita antes de imposto de renda” da sua Declaração de Imposto de Renda. A Exxon Mobil inclui ainda

sua cota de imposto de empresa de capital privado para calcular a alíquota efetiva em vez de usar a “provisão para imposto de renda” de sua Declaração de Imposto de Renda. Não alteramos nossa metodologia para a Exxon a

fim de continuar consistentes com nossa abordagem para as outras 49 empresas usando os números de “receita antes do imposto de renda” e “imposto de renda” diretamente da Declaração de Imposto de Renda da Exxon, sem nenhuma manipulação.

<sup>[3]</sup> A ExxonMobil respondeu: “A ExxonMobil opera em dezenas de países no mundo todo. As normas de governança corporativa nesses países variam consideravelmente. Quando permitido, é geralmente prudente incorporar uma afiliada em um país diferente com regras de governança estáveis e seguras (inclusive países conhecidos como “paraísos fiscais”). Contudo, a afiliada paga impostos sobre qualquer lucro para o governo do país onde opera, e não do país da incorporação.”

NOME DA EMPRESA	EMPRÉSTIMOS FEDERAIS, RESGATES FINANCEIROS, GARANTIAS DE EMPRÉSTIMOS	LUCROS	IMPOSTO DE RENDA FEDERAL	TOTAL DE IMPOSTOS	ALÍQUOTA DE IMPOSTO EETIVA	INCENTIVOS FISCIAIS	DINHEIRO EM PARAÍSO FISCAIS	SUBSIDIÁRIAS EM PARAÍSO FISCAIS	LOBBY TOTAL
Ford Motor	US\$ 27.578 M	US\$ 22.951 M	-US\$ 7.109 M	-US\$ 7.952 M	-34,6%	US\$ 15.985 M	US\$ 4.300 M	4	US\$ 44 M
General Electric	US\$ 27.989 M	US\$ 144.272 M	-US\$ 5.183 M	US\$ 9.718 M	6,7%	US\$ 40.777 M	US\$ 119.000 M	18	US\$ 161 M
General Motors	US\$ 50.347 M	US\$ 70.945 M	-US\$ 30.050 M <sup>[4]</sup>	-US\$ 32.314 M	-45,5%	US\$ 57.145 M	US\$ 7.100 M	21 <sup>[5]</sup>	US\$ 67 M
Goldman Sac	US\$ 910.115 M	US\$ 76.527 M	US\$ 13.382 M	US\$ 24.032 M	31,4%	US\$ 2.752 M	US\$ 24.880 M	20	US\$ 26 M
Newlett-Packard	US\$ 0	US\$ 40.978 M	US\$ 3.420 M	US\$ 11.678 M	28,5%	US\$ 2.664 M	US\$ 42.900 M	25	US\$ 41 M
Home Depot	US\$ 0	US\$ 44.577 M	US\$ 13.156 M	US\$ 16.159 M	36,2%		US\$ 3.400 M	não revelado	US\$ 7 M
Honeywell International	US\$ 50 M	US\$ 24.885 M	US\$ 3.342 M	US\$ 6.510 M	26,2%	US\$ 2.200 M	US\$ 15.000 M	5	US\$ 44 M
IBM	US\$ 5 M	US\$ 138.349 M	US\$ 9.993 M	US\$ 32.270 M	23,3%	US\$ 16.152 M	US\$ 61.400 M	15	US\$ 39 M
Intel	US\$ 142 M	US\$ 90.501 M	US\$ 19.792 M	US\$ 24.105 M	26,6%	US\$ 7.570 M	US\$ 23.300 M	14	US\$ 29 M
Johnson & Johnson	US\$ 0	US\$ 111.801 M	US\$ 13.431 M	US\$ 22.912 M	20,5%	US\$ 16.218 M	US\$ 53.400 M	58	US\$ 43 M
JPMorgan Chase	US\$ 1.298.182 M	US\$ 155.072 M	US\$ 24.862 M	US\$ 42.405 M	27,3%	US\$ 11.870 M	US\$ 31.100 M	4	US\$ 47 M
Merck	US\$ 0	US\$ 65.775 M	US\$ 11.306 M	US\$ 14.697 M	22,3%	US\$ 8.282 M	US\$ 60.000 M	121	US\$ 47 M
MetLife	-US\$ 20.524 M <sup>[6]</sup>	US\$ 28.854 M	US\$ 114 M	US\$ 7.075 M	24,5%	-US\$ 3.024 M <sup>[7]</sup>	-US\$ 4.200 M <sup>[8]</sup>	31 <sup>[9]</sup>	US\$ 41 M
Microsoft	US\$ 0	US\$ 173.858 M	US\$ 24.143 M	US\$ 38.783 M	22,3%	US\$ 22.067 M	US\$ 108.300 M	5	US\$ 57 M
Morgan Stanley	US\$ 2.117.185 M	US\$ 20.050 M	-US\$ 179 M	US\$ 1.586 M	7,9%	US\$ 5.432 M	US\$ 7.364 M	210	US\$ 23 M
Oracle	US\$ 0	US\$ 75.886 M	US\$ 10.734 M	US\$ 18.229 M	24,0%	US\$ 8.331 M	US\$ 38.000 M	5	US\$ 43 M

<sup>[4]</sup>A General Motors declarou falência em junho de 2009 e foi reorganizada como uma nova entidade, com a continuação de operações, ativos e marcas registradas GM em julho de 2009. A renda da General Motors em 2009, conforme consta de seus demonstrativos financeiros, inclui \$128 bilhões em ganhos com débitos cancelados (“Ganhos da Reorganização”) que surgiram com a falência. A General Motors caracterizou esses ganhos como “apenas contábeis, não econômicos”. O processo de falência da General Motors pode ter distorcido seu cenário fiscal de forma significativa. Contudo, mesmo reconhecendo essas circunstâncias singulares, decidimos manter nossa metodologia para continuar consistentes com a nossa abordagem para as outras 49 empresas.

<sup>[5]</sup> A General Motors respondeu: “A GM não tem, nem usa, paraísos fiscais para reduzir ou evitar impostos.

Vendemos veículos, peças e financiamos automóveis em locais como Ilhas Cayman, Irlanda, Suíça, Luxemburgo e Holanda, e conduzimos essas vendas por meio de empresas pertencentes à GM nesses países.”

<sup>[6]</sup> A MetLife respondeu: “Uma parte da nossa obrigação fiscal nos EUA é compensada pelo uso de créditos tributários.

Esses créditos tributários são usados exatamente como o Congresso pretendia que fossem: para expandir a oferta de moradias acessíveis (US\$ 2 bilhões) e desenvolver projetos

de energia renovável (US\$ 3 bilhões) que mitigam a mudança climática.”

<sup>[7]</sup> A MetLife respondeu: “A MetLife não transfere renda para paraísos fiscais. A MetLife possui centenas de empresas ativas em mais de 45 países. As únicas entidades que têm operação ou investimento em “paraísos fiscais” estão estruturadas para que sua renda seja incluída em nossa declaração de imposto nos EUA e sujeita aos 35% de imposto americano.”

<sup>[8]</sup> A MetLife respondeu: “A maior parte desses ganhos são reinvestidos em nossas empresas locais. À medida que as empresas de seguro crescem, seu capital precisa crescer e nossos reguladores exigem sempre que uma grande parte dos ganhos seja retida localmente como reserva de capital para suporte de nossas obrigações.”

<sup>[9]</sup> A MetLife respondeu: “O ex-banco subsidiário da MetLife participou do Instrumento de Leilão a Prazo (TAF) do Federal Reserve após incentivo de reguladores ansiosos para que uma instituição financeira sólida desempenhasse um papel nos amplos esforços para fortalecer a liquidez do mercado. A MetLife também participou em pequena escala do Programa de Garantia de Liquidez Temporária da FDIC e do Instrumento de Financiamento de Títulos Comerciais (CPFF), do Federal Reserve, em razão do baixo custo dos empréstimos. Os recursos não eram necessários para financiar operações, uma vez que a MetLife tinha acesso direto aos mercados de capital. De fato, de 2008-2009, a empresa levantou US\$ 9,3 bilhões em dívida e capital.”

NOME DA EMPRESA	EMPRÉSTIMOS FEDERAIS, RESGATES FINANCEIROS, GARANTIAS DE EMPRÉSTIMOS	LUCROS	IMPOSTO DE RENDA FEDERAL	TOTAL DE IMPOSTOS	ALÍQUOTA DE IMPOSTO EETIVA	INCENTIVOS FISCIAS	DINHEIRO EM PARAISOS FISCAIS	SUBSIDIÁRIAS EM PARAISOS FISCAIS	LOBBY TOTAL
PepsiCo	US\$ 0	US\$ 58.118 M	US\$ 7.577 M	US\$ 14.638 M	25,2%	US\$ 5.703 M	US\$ 37.800 M	132	US\$ 31 M
Pfizer	US\$ 0	US\$ 99.903 M	US\$ 9.234 M	US\$ 18.977 M	19,0%	US\$ 15.989 M	US\$ 74.000 M	151	US\$ 94 M
Phillips 66 <sup>[10]</sup>	US\$ 2 M	US\$ 25.705 M	US\$ 7.197 M	US\$ 8.394 M	32,6%	US\$ 626 M	US\$ 2.000 M	17 <sup>[11]</sup>	US\$ 9 M
Procter & Gamble	US\$ 450.000	US\$ 109.750 M	US\$ 12.250 M	US\$ 25.615 M	23,3%	US\$ 12.798 M	US\$ 45.000 M	38	US\$ 31 M
Prudential Financial	US\$ 2.457 M	US\$ 10.677 M	US\$ 406 M	US\$ 1.857 M	17,4%	US\$ 1.880 M	US\$ 2.396 M	39	US\$ 56 M
Qualcomm	US\$ 0	US\$ 39.943 M	US\$ 1.969 M	US\$ 7.254 M	18,2%	US\$ 6.726 M	US\$ 25.700 M	3	US\$ 44 M
Twenty-First Century Fox, Inc.	US\$ 0	US\$ 27.945 M	US\$ 2.814 M	US\$ 4.489 M	16,1%	US\$ 5.292 M	US\$ 975 M	2	US\$ 38 M
United Technologies	US\$ 43 M	US\$ 50.119 M	US\$ 2.733 M	US\$ 13.735 M	27,4%	US\$ 3.807 M	US\$ 28.000 M	28	US\$ 91 M
UnitedHelath Group	US\$ 250.000	US\$ 52.967 M	US\$ 18.145 M	US\$ 19.574 M	37,0%		US\$ 391 M	17	US\$ 24 M
US Bancorp	US\$ 6.599 M	US\$ 41.045 M	US\$ 8.964 M	US\$ 10.613 M	25,9%	US\$ 3.753 M	não revelado	10	US\$ 8 M
Verizon Communications	US\$ 1.479 M	US\$ 98.938 M	US\$ 1.925 M	US\$ 15.677 M	15,8%	US\$ 18.951 M	US\$ 1.300 M	não revelado	US\$ 110 M
Wal-Mart Stores	US\$ 0	US\$ 167.056 M	US\$ 36.898 M	US\$ 53.878 M	32,3%	US\$ 4.592 M	US\$ 23.300 M	75	US\$ 48 M
Walt Disney	US\$ 0	US\$ 58.252 M	US\$ 13.983 M	US\$ 20.134 M	34,6%	US\$ 254 M	US\$ 1.900 M	7	US\$ 30 M
Wells Fargo	US\$ 330.432 M	US\$ 158.927 M	US\$ 23.931 M	US\$ 49.531 M	31,2%	US\$ 6.093 M	US\$ 1.800 M	98	US\$ 38 M
<b>TOTALS</b>	<b>US\$ 11.192.877 M</b>	<b>US\$ 3.965.764 M</b>	<b>US\$ 412.083 M</b>	<b>US\$ 1.051.322 M</b>	<b>26,5%</b>	<b>US\$ 336.696 M</b>	<b>US\$ 1.381.936 M</b>	<b>1608</b>	<b>US\$ 2.595 M</b>

<sup>[10]</sup> As informações financeiras da Phillips 66 foram agregadas de 2010 a 2014, e não de 2008 a 2014, porque a empresa não estava separada da ConocoPhillips até 2012. No seu primeiro 10-K em 2012, a Phillips 66 incluiu suas informações financeiras de 2010 e 2011, quando operava como subsidiária da ConocoPhillips. Gastos com *lobbying* foram agregados de 2012 a 2014.

<sup>[11]</sup> A Phillips 66 respondeu: “Operamos ativos de refino na Irlanda e locais de comercialização na Suíça, que fornecem produtos para os mercados locais. Cingapura é um grande centro comercial para o petróleo, onde temos operações que apoiam as nossas operações de Refino e Marketing.

- <sup>1</sup> *An Economy for the 1%* [Uma Economia para 1%] (17 de janeiro de 2016), <http://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/an-economy-for-the-1/>. (acessado pela última vez em 25 de fevereiro de 2016).
- <sup>2</sup> A evasão fiscal existe em uma zona legal cinza, pois a complexa legislação tributária é cheia de brechas, isenções e exceções criadas por interesses especiais que podem ser exploradas pelas empresas e seus assessores. A aplicação das leis existentes é um grande desafio, por causa das limitações de capacidade enfrentadas pelas autoridades nos EUA e, o que é ainda mais significativo, nos países em desenvolvimento. A “evasão fiscal” é uma prática ilegal. Algumas empresas já enfrentaram duras penalidades por violar a lei. Esse relatório enfoca principalmente a “elisão fiscal”, que não é necessariamente ilegal. Veja mais em: *Definition of Tax Avoidance, Tax avoidance in the News* [Definição de Elisão Fiscal, Elisão fiscal nos Noticiários], Financial Times, <http://lexicon.ft.com/Term?term=tax-avoidance>.
- <sup>3</sup> Dos US\$ 68 bilhões em subvenções e créditos fiscais especiais que o governo federal deu às empresas nos últimos quinze anos, dois terços foram para as grandes corporações. Veja: Philip Mattera e Kasia Tarczynska, *Uncle Sam's Favorite Corporations: Identifying the Large Companies that Dominate Federal Subsidies* [As Favoritas do Tio Sam: Identificação das Grandes Empresas que Dominam os Subsídios Federais] (Good Jobs First, março de 2015), <http://www.goodjobsfirst.org/sites/default/files/docs/pdf/UncleSamsFavoriteCorporations.pdf>.
- <sup>4</sup> Kimberly A. Clausing, *The Effect of Profit Shifting on the Corporate Tax Base in the United States and Beyond* [O Efeito da Transferência de Lucros na Base Fiscal Corporativa dos Estados Unidos e de Outros Países] (janeiro de 2016), [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2685442](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2685442).
- <sup>5</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Relatório de Investimentos Mundiais 2015 (2015), [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf); E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, *Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries* [Erosão das Bases Tributárias, Transferência de Lucros e Países em Desenvolvimento], Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015), <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>.
- <sup>6</sup> As 50 maiores empresas dos EUA de acordo com o ranking anual da Forbes 2000 <http://www.forbes.com/global2000/list>
- <sup>7</sup> Essa métrica extrai a quantia que cada empresa recebeu — ou da qual se beneficiou — do governo federal dos EUA na forma de empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgates financeiros no período de 2008 a 2014, descontados os reembolsos, juros e dividendos. A maioria dos empréstimos foi quitada integralmente com juros, mas a fonte de dados utilizada neste estudo não permite o rastreamento desses pagamentos. No entanto, esses empréstimos realmente constituem assistência para as empresas, pois oferecem melhores condições do que o financiamento disponível no setor privado. No caso de grandes resgates, o governo federal é a única fonte possível de financiamento disponível para as empresas. Esses empréstimos também são apenas um pequeno exemplo dos benefícios concedidos às empresas com verbas federais. Eles não levam em conta, por exemplo, os benefícios que as empresas recebem em termos de subvenções federais; contratos ou financiamento de serviços públicos, como estradas; uma força de trabalho qualificada; ou pesquisa e desenvolvimento em âmbito federal.
- <sup>8</sup> Essa é uma estimativa extremamente generosa dos pagamentos de impostos, extraída diretamente dos dados divulgados pelas empresas. Ela incorpora os “passivos fiscais diferidos”, que não são realmente pagos no ano em que são estimados. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora para dar o benefício máximo da dúvida para as empresas. Outras metodologias mostraram que as verdadeiras alíquotas efetivas das grandes empresas podem ser substancialmente mais baixas. Um estudo de 2014 da organização Cidadãos pela Justiça Fiscal analisou dados de cinco anos e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram uma alíquota efetiva média de imposto de renda federal de apenas 19,4%, pouco mais que a metade da alíquota legal de 35%. Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, *The Sorry State of Corporate Taxes* [O Estado Lamentável dos Impostos Corporativos], Cidadãos pela Justiça Fiscal, Instituto sobre Tributação e Política Econômica (fevereiro de 2014) <http://www.ctj.org/corporatetaxdodgers/sorrystateofcorptaxes.pdf>
- <sup>9</sup> Francis Weyzig *et al.*, *Still Broken: Governments must do more to fix the international corporate tax system* [Ainda Falido: Governos devem fazer mais para consertar o sistema tributário corporativo internacional] (novembro de 2015), <http://www.oxfamamerica.org/static/media/files/still-broken-corporate-tax-101115-embargo-en.pdf>.
- <sup>10</sup> *American Corporations Tell IRS the Majority of Their Offshore Profits Are in 10 Tax Havens* [Empresas Americanas Dizem ao IRS que a Maioria de Seus Lucros no Exterior Estão em 10 Paraísos Fiscais], Cidadãos pela Justiça Fiscal (7 de abril de 2016) [http://ctj.org/ctjreports/2016/04/american-corporations-tell-irs-the-majority-of-their-offshore-profits-are-in-10-tax-havens.php#.VwfUo\\_krJQJ](http://ctj.org/ctjreports/2016/04/american-corporations-tell-irs-the-majority-of-their-offshore-profits-are-in-10-tax-havens.php#.VwfUo_krJQJ)
- <sup>11</sup> Robert McIntyre *et al.*, *Offshore Shell Games 2015: The Use of Offshore Tax Havens by Fortune 500 Companies* [Jogos de Esconder Offshore 2015: Uso de Paraísos Fiscais por Empresas da Fortune 500], Cidadãos pela Justiça Fiscal, 5 (Oct.2015), <http://ctj.org/ctjreports/2015/10/offshore-shell-games-2015.php#.VuMbX-ZXo8I>
- <sup>12</sup> Francis Weyzig *et al.*, *Still Broken: Governments must do more to fix the international corporate tax system* [Ainda Falido: Governos devem fazer mais para consertar o sistema tributário corporativo internacional] (novembro de 2015), <http://www.oxfamamerica.org/static/media/files/still-broken-corporate-tax-101115-embargo-en.pdf>

[en.pdf](#)

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Gabriel Zucman, *Taxing across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits* [Tributação Transfronteiriça: Rastreamento de Riqueza Pessoal e Lucros de Empresas]. *Journal of Economic Perspectives*—Volume 28, Número 4—3º trimestre de 2014—Páginas 121–148 [gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf](http://gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf)

<sup>15</sup> Gabriel Zucman, *Taxing across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits* [Tributação Transfronteiriça: Rastreamento de Riqueza Pessoal e Lucros de Empresas]. *Journal of Economic Perspectives*—Volume 28, Número 4—3º trimestre de 2014—Páginas 121–148 [gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf](http://gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf)

<sup>16</sup> Ned Resnikoff, *President Obama signs \$8.7 billion food stamp cut into law* [Presidente Obama aprova corte de US\$ 8,7 bilhões no programa vale-refeição] MSNBC, (25 de agosto de 2015 às 9h29), <http://www.msnbc.com/msnbc/obama-signs-food-stamp-cut>.

<sup>17</sup> Do ano fiscal de 2010 ao ano fiscal de 2016, dos 164 programas rastreados pela Coalizão sobre Necessidades Humanas, 139 sofreram cortes; Coalizão sobre Necessidades Humanas, *Despite Gains in FY16 From Lifting Sequester Caps, Most Human Needs Programs Have Lost Ground Since 2010* [Apesar dos Ganhos no Ano Fiscal de 2016 com a Suspensão dos Limites de Sequestro, a Maioria dos Programas Relativos a Necessidades Humanas Perde Apoio Desde 2010] (23 de fevereiro de 2016), <http://www.chn.org/wp-content/uploads/2016/02/Despite-Gains-in-FY16-Most-Programs-Lost-Ground-Since-2010-chart-and-cover-page-02-22-2016.pdf>.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Coalizão Habitacional Nacional para Famílias de Baixa Renda, *Out of Reach* [Fora de Alcance] (2015), [http://nlihc.org/sites/default/files/oor/OOR\\_2015\\_FULL.pdf](http://nlihc.org/sites/default/files/oor/OOR_2015_FULL.pdf).

<sup>20</sup> Melissa De Witte, *Study reveals the invisible workforce serving Silicon Valley's tech industry* [Estudo revela a força de trabalho invisível a serviço do setor de tecnologia do Vale do Silício]. *Phys Org* (4 de abril de 2016), <http://phys.org/news/2016-04-reveals-invisible-workforce-silicon-valley.html>.

<sup>21</sup> Abby Goodnough, *Flint Weighs Scope of Harm to Children Caused by Lead in Water* [Flint Avalia Abrangência do Mal Causado às Crianças pelo Chumbo na Água], *The New York Times* (29 de janeiro de 2016), <http://www.nytimes.com/2016/01/30/us/flint-weighs-scope-of-harm-to-children-caused-by-lead-in-water.html>.

<sup>22</sup> Sarah Frostenson, *America's lead poisoning problem isn't just in Flint. It's everywhere* [O problema da intoxicação por chumbo nos EUA não está só em Flint. Está em todo lugar], *Vox* (21 de janeiro de 2016, 18h20), <http://www.vox.com/2016/1/21/10811004/lead-poisoning-cities-us>.

<sup>23</sup> Centro de Controle e Prevenção de Doenças: *Morbidity and Mortality Weekly Report, Blood Lead Levels in Children Aged 1–5 Years — United States, 1999–2010*, [Relatório Semanal sobre Mortalidade e Morbidade, Níveis de Chumbo no Sangue de Crianças de 1 a 5 Anos - Estados Unidos, 1999-2000] (5 de abril de 2013), <http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/mm6213a3.htm>.

<sup>24</sup> Coalizão sobre Necessidades Humanas, *Despite Gains in FY16 From Lifting Sequester Caps, Most Human Needs Programs Have Lost Ground Since 2010* [Apesar dos Ganhos no Ano Fiscal de 2016 com a Suspensão dos Limites de Sequestro, a Maioria dos Programas Relativos a Necessidades Humanas Perde Apoio Desde 2010] (23 de fevereiro de 2016), <http://www.chn.org/wp-content/uploads/2016/02/Despite-Gains-in-FY16-Most-Programs-Lost-Ground-Since-2010-chart-and-cover-page-02-22-2016.pdf>.

<sup>25</sup> A longo prazo, a perda de receita nos países da OCDE é de aproximadamente 1% do PIB, ao passo que nos países em desenvolvimento ela é de 1,30%. Em termos de porcentagem da receita total de impostos, a diferença é provavelmente muito maior, pois a receita total de impostos nos países da OCDE é, em média, de 35% do PIB, em comparação com cerca de 15% nos países em desenvolvimento. Veja: E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, *Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries* [Erosão das Bases Tributárias, Transferência de Lucros e Países em Desenvolvimento], Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015), <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>.

<sup>26</sup> Dados do Banco Mundial: *Expenditure on education as % of total government expenditure (%)* [Despesas com educação como % das despesas totais do governo (%)], <http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GB.ZS>; *The World Bank, Health expenditure, public (% of total health expenditure)* [Despesas com saúde, pública (% das despesas totais com saúde)], <http://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.PUBL>; *The World Bank, Infrastructure and Growth*, [http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTINFRA/0,,contentMDK:23154473~pagePK:6416844\\_5~piPK:64168309~theSitePK:8430730,00.html](http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTINFRA/0,,contentMDK:23154473~pagePK:6416844_5~piPK:64168309~theSitePK:8430730,00.html).

<sup>27</sup> Carlo Cottarelli, *Revenue Mobilization in Developing Countries* [Mobilização de Receitas nos Países em Desenvolvimento]. Fundo Monetário Internacional (8 de março de 2011) <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2011/030811.pdf>

<sup>28</sup> Justin McCarthy, *More Americans Say Low-Income Earners Pay Too Much in Taxes* [Mais Americanos Dizem que População de Baixa Renda Paga Muito Mais Imposto], *Gallup* (15 de abril de 2015), <http://www.gallup.com/poll/182426/americans-say-low-income-earners-pay-taxes.aspx>.

<sup>29</sup> Robert C. Pozen, *35 Percent Is Way Too High For Corporate Taxes* [35% de Imposto É Alto Demais para as Empresas], *Brookings* (Jan. 29, 2013), <http://www.brookings.edu/research/opinions/2013/01/29-corporate-tax-rate-pozen>.

<sup>30</sup> O valor total inclui o imposto de renda pago a governos estaduais e municipais e governos estrangeiros.

<sup>31</sup> Essa métrica extrai a quantia que cada empresa recebeu — ou da qual se beneficiou — do governo federal dos EUA na forma de empréstimos federais, garantias de empréstimo e resgate financeiro no período de 2008 a 2014, descontados os reembolsos, juros e dividendos. A maioria dos empréstimos foi quitada integralmente com juros, mas a fonte de dados utilizada neste estudo não permite o rastreamento desses pagamentos. No entanto, esses empréstimos realmente constituem assistência para as empresas, pois oferecem melhores condições do que o financiamento disponível no setor privado. No caso de grandes resgates, o governo federal é a única fonte possível de financiamento disponível para as empresas. Esses empréstimos também são apenas um pequeno exemplo dos benefícios concedidos às empresas com verbas federais. Eles não levam em conta, por exemplo, os benefícios que as empresas recebem em termos de subvenções federais; contratos ou financiamento de serviços públicos, como estradas; uma força de trabalho qualificada; ou pesquisa e desenvolvimento em âmbito federal.

<sup>32</sup> Essa é uma estimativa extremamente generosa dos pagamentos de impostos, extraída diretamente dos dados divulgados pelas empresas. Ela incorpora os “passivos fiscais diferidos”, que não são realmente pagos no ano em que são estimados. Trata-se de uma avaliação intencionalmente conservadora para dar o benefício máximo da dúvida para as empresas. Outras metodologias mostraram que as verdadeiras alíquotas efetivas das grandes empresas podem ser substancialmente mais baixas. Um estudo de 2014 da organização Cidadãos pela Justiça Fiscal analisou dados de cinco anos e descobriu que as empresas da Fortune 500 pagaram uma alíquota efetiva média de imposto de renda federal de apenas 19,4%, pouco mais que a metade da alíquota legal de 35%.

Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, *The Sorry State of Corporate Taxes* [O Estado Lamentável dos Impostos Corporativos], Cidadãos pela Justiça Fiscal, Instituto sobre Tributação e Política Econômica (fevereiro de 2014) <http://www.ctj.org/corporatetaxdodgers/sorrystateofcorptaxes.pdf>

<sup>33</sup> Essas “isenções fiscais” representam a diferença entre os impostos que as 50 empresas efetivamente pagam e o que elas pagariam se fossem tributadas à alíquota legal integral de 35%. Essa diferença inclui algumas isenções fiscais contempladas pelo Congresso como amortização acelerada do investimento, mas também o resultado de elisão fiscal *offshore*.

<sup>34</sup> Como discutido abaixo, e na p. 6 *supra*, esse número não representa o total de subsidiárias mantidas por essas empresas em paraísos fiscais. A SEC só exige que as empresas declarem as “subsidiárias significativas” em seus relatórios anuais 10-K.

<sup>35</sup> Jane G. Gravelle, *International Corporate Tax Rate Comparisons and Policy Implications* [Comparação das Alíquotas de Impostos Internacionais das Empresas e Implicações Políticas], Serviço de Pesquisa do Congresso (6 de janeiro de 2014), <https://www.fas.org/sqp/crs/misc/R41743.pdf>.

<sup>36</sup> Robert S. McIntyre, Matthew Gardner, Richard Phillips, *The Sorry State of Corporate Taxes* [O Estado Lamentável dos Impostos Corporativos], Cidadãos pela Justiça Fiscal, Instituto sobre Tributação e Política Econômica (fevereiro de 2014) <http://www.ctj.org/corporatetaxdodgers/sorrystateofcorptaxes.pdf>

<sup>37</sup> A métrica “isenção fiscal” representa a quantia que as empresas estão deixando de pagar em comparação com o que pagariam à alíquota legal integral de 35% para o imposto de renda das empresas americanas. A “isenção fiscal” foi calculada multiplicando-se o lucro total de uma empresa por 35% e subtraindo o valor de imposto que elas realmente pagaram para determinar a diferença entre a quantia paga e a quantia que deveria ser paga à alíquota legal integral.

Essa diferença inclui algumas isenções fiscais contempladas pelo Congresso como amortização acelerada do investimento, mas também o resultado de elisão fiscal *offshore*.

<sup>38</sup> O total das isenções fiscais foi dividido por sete para a obtenção da média anual e depois dividido pelo valor do orçamento de assistência externa focada na pobreza para o ano fiscal de 2014 (US\$ 23,4 bilhões). *Foreign Aid 101: A Quick and Easy Guide to Understanding US Foreign Aid* [Foreign Aid 101: Um Guia Rápido e Fácil para Entender a Ajuda Externa dos EUA], Oxfam América, <http://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/foreign-aid-101/> (last visited Feb. 26, 2016).

<sup>39</sup> Os gastos anuais com educação dos países menos desenvolvidos é de aproximadamente US\$ 24,5 bilhões. *Government expenditure on education as % of GDP* [Despesas do governo com educação em % do PIB], Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS> (last accessed Feb. 26, 2016).

<sup>40</sup> Robert McIntyre *et al.*, *Offshore Shell Games 2015: The Use of Offshore Tax Havens by Fortune 500 Companies* [Jogos de Esconder *Offshore* 2015: Uso de Paraísos Fiscais por Empresas da Fortune 500], Cidadãos pela Justiça Fiscal, 5 (outubro de 2015).

<sup>41</sup> Escritório de Prestação de Contas do Governo dos EUA, *Cayman Islands: Business and Tax Advantages Attract U.S. Persons and Enforcement Challenges Exist* [Ilhas Cayman: Vantagens Comerciais e Fiscais Atraem Pessoas dos EUA e Existem Desafios para Aplicação da Lei] (24 de julho de 2008), <http://www.gao.gov/products/GAO-08-778>.

<sup>42</sup> *Ibid.*

<sup>43</sup> *Ibid.*

<sup>44</sup> 17 CFR § 210.1-02(w).

<sup>45</sup> <http://politicsofpoverty.oxfamamerica.org/2016/01/a-hidden-network-of-hidden-wealth/>

<sup>46</sup> Base de dados sobre *lobby*, Centro de Política Responsiva, <https://www.opensecrets.org/lobby/>.

<sup>47</sup> Brian Kelleher Richter, Krislert Samphantharak e Jeffrey F. Timmons, *Lobbying and Taxes* [Lobby e Impostos], Vol. 53 *American Journal of Political Science*, Edição 4, 893-909 (22 de outubro de 2008),

[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1082146](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1082146).

<sup>48</sup> Clausing, Kimberly A., *The Effect of Profit Shifting on the Corporate Tax Base in the United States and Beyond* [O Efeito da Transferência de Lucros na Base Fiscal Corporativa dos Estados Unidos e de Outros Países] (janeiro de 2016), [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2685442](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2685442).

<sup>49</sup> Drew Desilver, *High-income Americans pay most income taxes, but enough to be 'fair'?* [Americanos de alta renda pagam a maioria dos impostos sobre a renda, mas o suficiente para ser "justo"?] Centro de Pesquisas Pew (24 de março de 2015), <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/03/24/high-income-americans-pay-most-income-taxes-but-enough-to-be-fair/>.

<sup>50</sup> Leonard E. Burman, *Taxes and Inequality* [Impostos e Desigualdade] (20 de março de 2014), <http://www.taxpolicycenter.org/publications/taxes-and-inequality/full>.

<sup>51</sup> Jennifer C. Gravelle, *Corporate Tax Incidence: Review of General Equilibrium Estimates and Analysis*, Escritório de Orçamento do Congresso (Maio de 2010), <http://www.cbo.gov/ftpdocs/115xx/doc11519/05-2010-Working-Paper-Corp-Tax-Incidence-Review-of-Gen-Eq-Estimates.pdf>; Gravelle, Jane G. & Kent A. Smetters,

*Does the Open Economy Assumption Really Mean That Labor Bears the Burden of a Capital Income Tax*, [Será que a hipótese de economia aberta significa realmente que a mão-de-obra arca com o ônus de um imposto sobre capital?] vol. 6 *Advances in Economic Analysis & Policy* [Avanços em Análise e Política Econômica], 1 (2006).

<sup>52</sup> *Citizens for Tax Justice* [Cidadãos pela Justiça Fiscal] Informativo: *Why We Need the Corporate Income Tax* [Por que Precisamos do Imposto sobre a Renda Corporativa] (10 de junho de 2013, 10:38 AM), <http://ctj.org/ctjreports/2013/06/fact-sheet-why-we-need-the-corporate-income-tax.php#.Vv67kPkrdV>.

<sup>53</sup> Centro de Prioridades Orçamentárias e Políticas, *Policy Basics: Impostos Federais sobre os Salários* (23 de março de 2016), <http://www.cbpp.org/research/federal-tax/policy-basics-federal-payroll-taxes>.

<sup>54</sup> *Americans for Tax Fairness, Tax Fairness Briefing Material* [Americanos por Impostos Justos, Material da Coletiva de Imprensa sobre Impostos Justos] (março de 2015), <http://www.americansfortaxfairness.org/files/Tax-Fairness-Briefing-Materials-Full-Packet-3-18-2015.pdf>.

<sup>55</sup> Gabriel Zucman, *Taxing across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits*. Journal of Economic Perspectives—Volume 28, Número 4—outono de 2014—Paginas 121–148 [gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf](http://www.gabriel-zucman.eu/files/Zucman2014JEP.pdf)

<sup>56</sup> *Childrens Defense Fund, Ending Child Poverty Now* [Fundo para Defesa das Crianças, Eliminação da Pobreza Infantil Agora], <http://www.childrensdefense.org/library/PovertyReport/EndingChildPovertyNow.html>

<sup>57</sup> Lukas Brun et al., *Infrastructure Investment Creates American Jobs* [Investimento em Infraestrutura Cria Postos de Trabalho para Americanos] (outubro de 2014), [https://s.bsd.net/aamweb/main/page/file/9d937012edb12326c4\\_7vm62z7l5.pdf](https://s.bsd.net/aamweb/main/page/file/9d937012edb12326c4_7vm62z7l5.pdf).

<sup>58</sup> *Frequently Asked Questions about Sequestration* [Perguntas Frequentes sobre Sequestro] (Jan. 2015) <http://democrats.budget.house.gov/committee-report/frequently-asked-questions-about-sequestration-under-budget-control-act-2011> (Last visited Mar. 10, 2016).

<sup>59</sup> *Coalition on Human Needs, Despite Gains in FY16 From Lifting Sequester Caps, Most Human Needs Programs Have Lost Ground Since 2010* [Apesar dos Ganhos no Ano Fiscal de 2016 com a Suspensão dos Limites de Sequestro, a Maioria dos Programas Relativos às Necessidades Humanas Perde Apoio Desde 2010] (23 de fevereiro de 2016), <http://www.chn.org/wp-content/uploads/2016/02/Despite-Gains-in-FY16-Most-Programs-Lost-Ground-Since-2010-chart-and-cover-page-02-22-2016.pdf>.

<sup>60</sup> Ano Fiscal de 2014 (US\$ 23,4 bilhões). *Foreign Aid 101: A Quick and Easy Guide to Understanding US Foreign Aid*, [Foreign Aid 101: Um Guia Rápido e Fácil para Entender a Ajuda Externa dos EUA] Oxfam America, <http://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/foreign-aid-101/> (últ. Acesso – 26 de fevereiro de 2016)

<sup>61</sup> *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), World Investment Report 2015* [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Relatório de Investimentos Mundiais 2015 (2015), [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf); E. Crivelli, R. De Mooij e M. Keen, *Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries* [Erosão das Bases Tributárias, Transferência de Lucros e Países em Desenvolvimento], Fundo Monetário Internacional (FMI), WP/15/118 (2015),

<sup>62</sup> Os gastos anuais com educação dos países menos desenvolvidos todos juntos é de aproximadamente US\$ 24,5 bilhões. *Government expenditure on education as % of GDP* [Despesas do governo com educação em % do PIB], Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>.

<sup>63</sup> Há 2,2 bilhões de pessoas sem serviços básicos de água, 3,4 milhões de pessoas sem saneamento básico e 4,8 milhões de pessoas sem dispositivos para lavarem as mãos. O Banco Mundial estima que a extensão de serviços básicos para a água potável, saneamento e higiene para atender a todos vai custar de US\$ 13,8 a US\$ 46,7 bilhões por ano. Guy Hutton & Mili Varughese, *The Costs of Meeting the 2030 Sustainable Development Goal Targets on Drinking Water, Sanitation, and Hygiene* [Os Custos para Cumprir as Metas de Desenvolvimento Sustentável até 2030 sobre Água Potável, Saneamento e Higiene], 2 (janeiro de 2016), <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/The0costs0of0m0one000summary0report.pdf>.

A OMS estima em US\$ 44 o gasto mínimo por pessoa por ano necessário para fornecer serviços básicos e vitais. US\$ 100 bilhões / US\$ 44 = 2.2 bilhões. Organização Mundial de Saúde, Gastos com a Saúde: Uma Visão Geral, Informativo N°319 (abril de 2012), <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs319/en/>.

- <sup>64</sup> *Give us a break. How big companies are getting tax-free deals* [Dê-nos um Tempo: Como as Grandes Empresas estão Conseguindo Negociar a Isenção de Impostos], *ActionAid* (2013), <http://www.actionaid.org/australia/publications/give-us-break-how-big-companies-are-getting-tax-free-deals>.
- <sup>65</sup> *Bangladesh, Oxfam Internacional*, <https://www.oxfam.org/en/countries/bangladesh> (último acesso: 26 de fevereiro de 2016).
- <sup>66</sup> Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), Relatório de Desenvolvimento Humano, 2015: Bangladesh, [http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/BGD.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/BGD.pdf).
- <sup>67</sup> *Business Among Friends: Why corporate tax dodgers are not yet losing sleep over global tax reform* ["Negócios entre amigos: por que quem pratica evasão fiscal ainda não está preocupado com a reforma fiscal global"], documento informativo da Oxfam (maio de 2014).
- <sup>68</sup> Ibid.
- <sup>69</sup> Ibid.
- <sup>70</sup> *G-20: how global tax reform could transform Africa's fortunes* [G-20: como a reforma tributária global poderá transformar fortunas na África], *The Guardian* (5 de setembro de 2013, 04.23 EDT), <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/sep/05/g20-africa-global-tax-reform>.
- <sup>71</sup> *Portman Unveils Bipartisan Principles for International Tax Reform - New System would Eliminate the Lock-out Effect, Establish 'Patent Box' to Protect U.S. Innovation and Jobs, Preserve the U.S. Tax Base & More* [Portman divulga princípios bipartidários para a Reforma Fiscal Internacional – O novo sistema eliminaria o efeito *Lock-out*, estabeleceria 'Patent Box' para proteger a inovação e os empregos dos EUA e preservar a Base Tributária & Mais (8 de julho de 2015) <http://www.portman.senate.gov/public/index.cfm/2015/7/portman-unveils-bipartisan-principles-for-international-tax-reform-new-system-would-eliminate-the-lock-out-effect-establish-patent-box-to-protect-u-s-innovation-and-jobs-preserve-the-u-s-tax-base-more>.
- <sup>72</sup> *FACT Coalition, FACT Welcomes Anti-Tax Dodging Proposal; Urges Treasury to Strengthen, Clarify Rule* [A FACT manifestou satisfação com a proposta contra a evasão fiscal; conclama o Tesouro para fortalecer e esclarecer a norma] (22 de março de 2016), <http://thefactcoalition.org/fact-welcomes-anti-tax-dodging-proposal-urges-treasury-to-strengthen-clarify-rule/>.
- <sup>73</sup> Nicholas Hirst, *EU Ministers to Push Corporate Tax Avoidance regras, normas* [Nicholas Hirst, ministros da EU pressionam por normas contra a evasão fiscal das empresas] (8 de março de 2016, 3:12 PM CET), <http://www.politico.eu/article/eu-ministers-to-push-corporate-tax-avoidance-rules/>.
- <sup>74</sup> Ver: *Apple's Tax Avoidance Strategies* [Estratégias de evasão fiscal da Apple] (Timesvideo, 20 de maio de 2013). 03 de março de 2013), <http://www.nytimes.com/video/business/10000002235844/apples-tax-avoidance-strategies.html>; Heather Stewart, Facebook pagou £4,327 a despeito de imposto corporativo £35m bônus do quadro de funcionários, *The Guardian* (11 de outubro de 2015, 09.27 EDT), <http://www.theguardian.com/global/2015/oct/11/facebook-paid-4327-corporation-tax-despite-35-million-staff-bonuses>; Comissão Europeia, Comissão decide que vantagens fiscais seletivas para a Fiat em Luxemburgo e Starbucks na Holanda são ilegais segundo as regras da UE relativas a ajuda] (Oct. 21, 2015), [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-15-5880\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-5880_en.htm); Homeland Security & Governmental Affairs: Subcomissão Permanente de Investigações, Subcomitê examina transferência de lucros *offshore* e evasão fiscal pela Apple Inc. (20 de maio de 2013), <https://www.hsag.senate.gov/subcommittees/investigations/media/subcommittee-to-examine-offshore-profit-shifting-and-tax-avoidance-by-apple-inc>.
- <sup>75</sup> Adam Satariano, a Apple pode estar "em apuros" por causa de US\$ 8 bilhões em impostos na Europa Probe, *Bloomberg* (15 de janeiro de 2016, 03:15 EST), <http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-01-15/apple-may-be-on-hook-for-8-billion-in-taxes-after-europe-probe>.
- <sup>76</sup> *Social saints, fiscal fiends: Opinions vary on whether firms can be "socially responsible" while avoiding taxes* [Santos sociais, inimigos fiscais: as opiniões variam sobre se as empresas podem ser "socialmente responsáveis" embora sonhem impostos] (2 de janeiro de 2016), <http://www.economist.com/news/business-and-finance/21684770-social-saints-fiscal-fiends-opinions-vary-whether-firms-can-be-socially-responsible>.
- <sup>77</sup> *UN Principles for Responsible Investment, Engagement Guidance on Corporate Tax Responsibility: How to Engage with Your Investee Companies* [Princípios da ONU sobre Investimento, Orientação e Envolvimento Responsáveis na Responsabilidade Tributária Corporativa] Por que e como se aproximar das empresas em que investe, [http://www.unpri.org/wp-content/uploads/PRI\\_Tax-Guidance-2015.pdf](http://www.unpri.org/wp-content/uploads/PRI_Tax-Guidance-2015.pdf).
- <sup>78</sup> A Câmara de Comércio dos EUA, por exemplo, gastou mais de um bilhão de dólares em lobby desde 1998, muito mais que qualquer outra organização sozinha.. Grandes corporações multinacionais fornecem a maior parte dos recursos financeiros da Câmara, e muito do seu lobby é feito com vistas a preservar brechas fiscais corporativas. Ver: Câmara Americana de Comércio, Centro de Política Responsiva, <https://www.opensecrets.org/lobby/clientsum.php?id=D000019798>; Carrie Levine, *The Chamber's Bad Bet on the GOP* (30 de março de 2015), <http://www.politico.com/magazine/story/2015/03/us-chamber-gop-congress-116493>; Câmara Americana de Comércio, Centro de Política Responsiva, [https://www.opensecrets.org/lobby/clientissues\\_spec.php?id=D000019798&year=2014&spec=TAX](https://www.opensecrets.org/lobby/clientissues_spec.php?id=D000019798&year=2014&spec=TAX).
- <sup>79</sup> 50 maiores empresas americanas de acordo com a classificação anual Forbes 2000 <http://www.forbes.com/global2000/list>
- <sup>80</sup> Rastreador de Subsídios, *Good Jobs First*, <http://www.goodjobsfirst.org/subsidy-tracker>. A Oxfam e a CRP

excluíram valores de reembolso por não ser informação disponível publicamente.

<sup>81</sup> Notícias e Eventos, Federal Reserve, [http://www.federalreserve.gov/newsevents/reform\\_cpff.htm](http://www.federalreserve.gov/newsevents/reform_cpff.htm); Política Monetária, Federal Reserve, [http://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/bst\\_tranche.htm](http://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/bst_tranche.htm).

<sup>82</sup> Lei de Recuperação, Departamento do Tesouro, <http://www.treasury.gov/initiatives/recovery/Pages/1603.aspx>.

<sup>83</sup> Relatórios Anuais, Corporação de Investimentos Privados Internacionais, <http://www.opic.gov/media-events/annual-reports>.

<sup>84</sup> Programa de Garantia de Débito (TLGP): Detalhes de Débitos Informados pelo Emissor, Sociedade Federal de Seguro de Depósito, [https://www.fdic.gov/regulations/resources/TLGP/total\\_debt.html](https://www.fdic.gov/regulations/resources/TLGP/total_debt.html).

<sup>85</sup> Anúncio dos Resultados de 2009-10, Rodada de Alocação do Programa Avançado de Qualificação do Projeto de Carvão e do Programa de Qualificação do Projeto de Gaseificação, *Internal Revenue Bulletin* 2010-39 (27-09-2010).

[http://www.irs.gov/irb/2010-39\\_IRB/ar09.html](http://www.irs.gov/irb/2010-39_IRB/ar09.html).

<sup>86</sup> USA Spending, <http://www.usaspending.gov/>.

<sup>87</sup> Data.gov, <https://data.exim.gov/>.

<sup>88</sup> Relatório Trimestral para o Congresso do Escritório do Inspetor Geral Especial para o Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (29 de outubro de 2014), [http://www.sig tarp.gov/Quarterly%20Reports/October\\_29\\_2014\\_Report\\_to\\_Congress.pdf](http://www.sig tarp.gov/Quarterly%20Reports/October_29_2014_Report_to_Congress.pdf).

<sup>89</sup> Base de Dados EMMA do Conselho Municipal de Regras do Mercado de Valores, <http://emma.msrb.org/Home/Index>.

<sup>90</sup> Divisão de Consultoria sobre Títulos, Departamento de Finanças e Administração do Mississippi, <http://www.dfa.state.ms.us/Offices/BondAdvDiv/ReportsandPublications.htm>.

<sup>91</sup> AIG, Anexo da Contraparte: Depósitos de Garantias segundo o CDS da AIGFP, [http://www.aig.com/aigweb/internet/en/files/CounterpartyAttachments031809\\_tcm385-155645.pdf](http://www.aig.com/aigweb/internet/en/files/CounterpartyAttachments031809_tcm385-155645.pdf).

<sup>92</sup> *The Aftermath: Federal Aid 10 Years After the World Trade Center Attack* [Consequências: Auxílio Federal 10 Anos Após o Ataque ao World Trade Center], New York City Independent Budget Office, Escritório de Orçamento Independente da Cidade de Nova York (agosto de 2011) <http://www.ibo.nyc.ny.us/iboreports/wtc2011.pdf>.

<sup>93</sup> Programas de Empréstimos do DOE: O DOE Concedeu mais de US\$30 Bilhões em Empréstimos e Garantias e Precisa Desenvolver Totalmente sua Função de Monitoramento de Empréstimos, Testemunho do GAO ao Subcomitê da Câmara sobre Investigação, Anexo (30-05-2014), <http://www.gao.gov/products/GAO-14-645T>.

<sup>94</sup> Comunicação direta com *Good Jobs First*.

<sup>95</sup> As Declarações de Imposto de Renda são geralmente citadas como Declarações de Ganhos Consolidadas, Declarações de Renda Consolidadas ou Declarações de Operações Consolidadas.

<sup>96</sup> Das 50 empresas do nosso estudo, cinco delas não divulgaram o montante de dinheiro mantido no exterior. A AT&T relatou que tem investido permanentemente no exterior, mas não divulgou a quantia. A AIG, a Comcast e a US Bancorp disseram que possuem subsidiárias em paraísos fiscais, mas não revelaram a existência de dinheiro mantido no exterior. A CVS não divulgou a existência de dinheiro no exterior, mas também não paga nenhum imposto no exterior ou não tem subsidiárias em paraísos fiscais.

<sup>97</sup> Robert McIntyre, *et al.*, *Offshore Shell Games 2015: The Use of Offshore Tax Havens by Fortune 500 Companies* [Jogos de Esconder Offshore 2015: Uso de Paraísos Fiscais no Exterior da Fortune 500 Empresas], Cidadãos pela Justiça Fiscal 20 (Out. 2015). Duas das 50 empresas que examinamos não estavam incluídas no relatório da CTJ: AT&T e CVS. Nossos pesquisadores examinaram o Demonstrativo 21 dos seus relatórios 10-K de 2014 e descobriram que nenhuma delas divulgou qualquer subsidiária localizada nas jurisdições classificadas como paraísos fiscais pela CTJ.

<sup>98</sup> 17 CFR § 210.1-02(w).

<sup>99</sup> Devido às exigências de relatórios mais rigorosas, as quatro maiores instituições financeiras dos EUA divulgaram 10.688 subsidiárias ao Fed, em comparação com apenas 1.858 subsidiárias reveladas em seus formulários 10-K.

<sup>100</sup> Um exemplo de técnica é transferir capital intangível para uma subsidiária em uma jurisdição de baixa tributação e fazer com que as outras subsidiárias, ou a empresa matriz, paguem uma taxa alta para aquela subsidiária no exterior para usar o capital intangível.